

ADVERSO

Nº 194 - Março / Abril de 2012

**Impresso
Especial**

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...



ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00194

Luta sindical em 2012 inicia com mobilização dos servidores públicos federais

Proifes-Federação participa de protesto para reivindicar cumprimento de acordos com o governo, faz balanço sobre avanços da categoria em 2011 e busca resolução de processos de longa data, como a negociação salarial e o debate sobre reestruturação da carreira

Páginas 24 a 27



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**

2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**

2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**

3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**

2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS

CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188

secretaria@adufgrs.org.br

www.adufgrs.org.br



Publicação bimestral

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Regina Helena van der Laan - Fabico/Ufrgs

Ricardo Schneiders da Silva - Fabico/Ufrgs

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs

Renato de Oliveira - IFCH/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Ana Esteves, Marco Aurélio Weissheimer**

Michelle Rolante e Patrícia Comunello

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **Eduardo Furasté e Mateus Michaelsen**

Ilustração: **Mario Guerreiro**

Produção e Edição



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

ENSINO SUPERIOR

Duas universidades gaúchas estão entre as melhores do País

ESPECIAL

Projeto mobiliza instituições para formação de leitores
por Ana Esteves

06

08

DESENVOLVIMENTO

As lições da estiagem no Estado
por Patrícia Comunello

PING-PONG

Jefferson Cardia Simões

"A sociedade precisa ter clareza sobre o porque estamos na Antártica"
por Marco Aurélio Weissheimer

12

17

EDUCAÇÃO

Física desbrava novos mercados
por Patrícia Comunello

OBSERVATÓRIO

20

21

ORELHA

EXPANSÃO

UFCSPA irá ofertar 11º curso a partir do segundo semestre deste ano

22

24

REPORTAGEM

Um balanço de 2011 e a agenda de lutas para 2012
por Marco Aurélio Weissheimer

EM FOCO

Programa da Ufrgs resgata memória da Lomba do Pinheiro
por Michelle Rolante

28

30

VIDA NO CAMPUS

Projeto Viva Voz vira serviço de utilidade pública
por Patrícia Comunello

ARTIGO

As lições da derrota do PL 1992 na Câmara
por Eduardo Rolim, presidente do Proifes

33

A roda da negociação com o Governo

Os meses de janeiro e fevereiro, em geral, constituem o período de calma no cenário político e sindical, porém neste ano de 2012 nos reservaram momentos de tensão e aumento de dificuldades na interlocução com o governo. Embora agendadas inúmeras reuniões para dar conta da tarefa de construção das reformas das carreiras, tanto do Magistério Superior (MS) quando da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EBTT) que, conforme o acordo firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Proifes e outras entidades sindicais, previa reuniões até o final de março, quando, no limite do dia 30, deveríamos ter as novas carreiras para serem avaliadas pelos professores em todo o País, tivemos apenas uma oficina em dezembro.

Ao mesmo tempo em que o governo anunciava mudanças estruturais no modelo de negociação até então em curso, faleceu o principal interlocutor junto ao movimento sindical, o senhor Duvanier Paiva Ferreira, secretário de Recursos Humanos do MPOG. As mudanças aconteceram atrasando ainda mais o processo de negociação, e um novo cenário se desenhou. O Projeto de Lei que deveria ter sido aprovado garantindo os reajustes acordados para março não foi levado à votação. As correções que deveriam ter sido feitas no Projeto, corrigindo a tabela de vencimentos e retirando o contrabando da insalubridade, ainda não foram feitas. O parecer do relator era positivo, portanto nossa expectativa era boa.

Iniciada a nova legislatura, mudaram os presidentes das comissões responsáveis e o deputado que havia feito o parecer deixou a comissão encarregada pelo assunto. Novo deputado já nomeado deverá dar curso ao processo. Novas discussões deverão acontecer para que sejam mantidos os termos já acordados com o anterior. Não o bastante, entrou em votação o Projeto de Lei que instituiu o Fundo de Previdência do Servidor Público Federal, alterando as regras da aposentadoria. Perdemos esta batalha na Câmara. Difícilmente reverteremos a situação no Senado. O quadro que se apresenta adiante é difícil. Exigirá de todos nós, professores do MS e da EBTT prontidão para aumentar a pressão em defesa de negociações efetivas.

Recuperar o tempo perdido e obter sucesso na nossa empreitada requer mobilização. Em fevereiro foi entregue ao governo federal a pauta geral de negociação do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Federais, que reúne 30 entidades, dando início à campanha salarial de 2012. Dentro dela está a criação da data base e da negociação coletiva para os servidores públicos.

O encontro do Proifes - representado pelo seu presidente, professor Eduardo Rolim, e outras 40 entidades - com o novo interlocutor do MPOG, senhor Sérgio Mendonça, deu início à retomada das negociações. Embora seja uma iniciativa importante, está muito aquém das metas a serem alcançadas ainda neste primeiro semestre e, em especial, a aprovação da Lei de reajuste salarial, retroagindo a 1º de março e às novas carreiras que deverão corrigir as distorções ainda existentes. Precisamos nos manter participativos e unidos. Precisamos mobilizar as forças e os recursos que dispomos para desemperrar esta roda de negociações que circula e circula, mas fica patinando no mesmo lugar.

Duas universidades gaúchas estão entre as melhores do País

Reitores das instituições reconhecem qualidade e dedicação dos professores como fatores que impulsionaram recente avaliação do MEC

Instituição com o vestibular mais concorrido do Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) retribui aos estudantes que se esforçam para garantir uma das disputadas vagas no Ensino Superior com mais um excelente desempenho no indicador nacional de qualidade da educação. A Universidade conquistou o segundo lugar entre as instituições federais do País, obtendo a nota 4,3 no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2010, divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). A nota equivale ao conceito 5, faixa máxima do IGC. A Ufrgs também se consagrou como a única instituição gaúcha a se destacar entre os dez primeiros lugares no ranking nacional. Também a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) tem o que comemorar: conquistou a 11ª colocação entre as universidades federais, alcançando a nota 3,92, no IGC, que corresponde à faixa de conceito 4. No Estado, a instituição recebeu a segunda melhor nota.

O reitor Carlos Alexandre Netto, atribui a conquista da Ufrgs à qualidade do corpo docente, dos técnico-administrativos e dos alunos. "O que explica essa excelência institucional é a excelência das pessoas que fazem a Universidade. Temos um quadro fantástico de docentes e de servidores muito qualificados. Além disso, nossos estudantes passam por um processo seletivo muito exigente na entrada do concurso vestibular. Isso faz com que tenhamos também alunos de muita capacidade", avalia.

O IGC considera em sua composição a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). Para a graduação é utilizado o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e para a pós-graduação vale a nota Capes.

O CPC é uma média de diferentes medidas da qualidade de um curso, como o conceito no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que mede o desempenho dos concluintes, o desempenho dos ingressantes no Enade, o conceito do Indicador de Diferença entre os Desempenhos (IDD) Observado e Esperado - que mostra o quanto o aluno aprendeu na faculdade - e as variáveis de insumo - considerando corpo docente, infraestrutura e

programa pedagógico.

Netto afirma que os bons resultados no Enade refletem o que os alunos vão acumulando ao longo do curso. O reitor observa que, além de contar com um quadro qualificado, a Universidade tem investido bastante em infraestrutura. "Temos instalações e laboratórios modernos. Estamos melhorando agora as condições das salas de aula também."

Ao comentar a classificação como a segunda melhor instituição de Ensino Superior entre as federais do Brasil, Netto reconhece ainda que esse mérito é também dos ex-docentes e funcionários. "Esta conquista é resultado de uma história que começa com a criação da Universidade. O que nos cabe neste momento é continuar essa construção. Quanto mais alto se chega na qualidade, mais difícil é manter o índice atingido. Mas esse é o nosso dia a dia, é o alvo do nosso trabalho nas salas de aula, nos laboratórios e nas políticas acadêmicas."

O reitor da Ufrgs ressalta que a busca pela excelência, além do ensino de graduação, passa também pela pós-graduação e pesquisa. "O IGC que o MEC organiza pondera os resultados de todos os cursos de graduação e de pós-graduação. E a pós-graduação eleva o índice geral da Ufrgs de maneira bastante importante", avalia.

Outra informação a ser considerada é o expressivo número de docentes doutores na Ufrgs. "Cerca de 85% - um dos maiores índices entre as universidades federais - têm título de doutor, 10% de mestrado e 5% com graduação ou especialização, esses, em geral, de cursos muito novos, que ainda não tiveram a possibilidade de formar pós-graduados," acrescenta.

Um dado importante que conta no IGC é a dedicação dos docentes. São 85% com dedicação exclusiva. "Combina-se a qualificação que é dada, a priori, pela titulação de doutor com a dedicação exclusiva, e o resultado disso é a qualidade."

Se forem consideradas as universidades com mais de 50 cursos avaliados, a Ufrgs pula para o topo do ranking nacional das federais. A pluralidade de áreas abrangidas pela instituição é mais um diferencial. "Há universidades temáticas e as compreensivas, como a Ufrgs, que têm

curso em todas as áreas do conhecimento. E, para uma universidade com essa característica atingir um índice elevado de qualidade, significa que todos os cursos têm pelo menos uma boa avaliação. Alguns terão avaliação excelente, mas todos têm uma boa avaliação. Isso faz com que conquiste o IGC elevado”, afirma Netto.

Os indicadores apontam que a Ufrgs tem o melhor curso de Biomedicina do País. Também se classificaram muito bem os cursos de Nutrição, que conquistou a segunda melhor nota dentro da Universidade, e o de Agronomia, com a terceira colocação.

“Temos alguns cursos que são primeiro e segundo do Brasil, mas nenhum dos nossos cursos está abaixo ou chega perto da média nacional. Isso mostra um desenvolvimento equilibrado entre as áreas de saber”, enfatiza o reitor da Ufrgs. Em 2010, foram avaliados ainda outros nove cursos da Instituição: Serviço Social, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia.

A pró-reitora de Graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Maria Terezinha Antunes, também comemora os índices obtidos pelos cursos da Instituição. Fonoaudiologia recebeu a melhor avaliação do Brasil. “Ficamos no compromisso de manter e perseguir essa tendência de que o índice se mantenha alto pra não perder o status dado pelo Inep”, afirma.

Na opinião da pró-reitora, são vários os fatores que contribuem para o bom desempenho na avaliação da UFCSPA, que se destacou entre as 11 melhores do País no IGC e como a segunda de melhor nota no Estado. “A participação dos professores foi muitíssimo importante. Todos qualificados com mestrado ou doutorado, muito motivados e empenhados. Temos bons alunos, estudiosos e dedicados, que passam por um processo seletivo difícil”, comenta.

Além do curso de Fonoaudiologia, se destacaram a Medicina, com a melhor colocação no Estado e a quarta no Brasil; Biomedicina, com o primeiro lugar estadual e o quinto no ranking nacional; e Nutrição, que obteve a segunda melhor avaliação entre os cursos gaúchos.

Maria Terezinha observa que, apesar de a Universidade ter cinco décadas de existência, é, ao mesmo tempo, muito jovem. “Cursos como Medicina, o mais antigo na Universidade, convivem hoje com cursos novos, criados em 2004, quando a Instituição foi federalizada. Isso oportuniza a troca entre professores jovens e outros mais experientes e com mais bagagem”, avalia.

A pró-reitora diz que a Universidade está em processo constante de construção, com professores se envolvendo na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos novos e preparo do conteúdo programático das disciplinas.

O investimento em infraestrutura também tem sido um diferencial na UFCSPA, aponta Maria Terezinha. “Temos crescido muito com a criação de novos laboratórios, modernização dos equipamentos e biblioteca. Disponibilizamos 100% da bibliografia solicitada em aula”, acrescenta.

O Enade 2010 avaliou 2.176 instituições de Ensino Superior, sendo 229 públicas e 1.947 privadas, entre universidades, centros universitários e faculdades. O exame abrangeu as áreas de saúde e ciências agrárias, distribuídas em 14 cursos: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Agronomia e Zootecnia.

Também foram pesquisados cinco tipos de cursos superiores de tecnologia - em agroindústria, em agronegócio, em gestão ambiental, em gestão hospitalar e em radiologia. 📍



Projeto mobiliza instituições para formação de leitores

por Ana Esteves

Já dizia Fernando Pessoa: “Ler é sonhar pela mão de outrem” e, muitas vezes, esse sonho acordado só é possível graças à existência das bibliotecas escolares e públicas. Para que mais e mais pessoas, em todo o Brasil, possam mergulhar no mundo fantástico da literatura, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) lançou, em 2008 o Projeto Mobilizador: Biblioteca Escolar Rede de Informação para o Ensino Público. No Estado, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs (Fabico) é uma das instituições que mais têm participado no desenvolvimento de ações para o projeto.

“A intenção é fortalecer as bibliotecas escolares do País e com isso apoiar os estudantes no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades de uso da informação. Acreditamos que a liberdade de expressão e o acesso à informação são essenciais à cidadania e participação na democracia”, defende a doutora em Educação e professora do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Fabico, Eliane Moro. Segundo ela, o projeto visa ainda organizar atividades de promoção da leitura que estimulem a sensibilidade e a consciência cultural e social. “Pode-se presumir a importância desta luta no âmbito nacional, tendo em vista a necessidade de estímulo à leitura, do acesso à informação e da inclusão de todos através da biblioteca escolar inserida na comunidade”, aponta. Entre as contribuições da Fabico para o desenvolvimento do projeto estão ações de planejamento, promoção de temáticas de discussão e painéis de formação com a participação de especialistas no tema.

Na opinião da professora, entre as saídas para fazer com que os estudantes procurem mais as bibliotecas e possam cultivar o interesse cada vez maior pela pesquisa e pela leitura, é necessário que a escola priorize a qualificação destes ambientes. “É preciso facilitar os acessos a suportes bibliográficos e eletrônicos, estimulando os professores e alunos para a leitura e para a pesquisa escolar. Costumo afirmar que na universidade chegam poucos, mas na escola circulam milhares, por isso a biblioteca escolar congrega um universo de pessoas envolvendo a comunidade externa, além de alunos, professores, funcionários e familiares.”

Sobre o papel das bibliotecas em um contexto em que a ferramenta predileta dos alunos é, quase sempre, a internet, Eliane argumenta que a biblioteca deve ser a principal mediadora na facilitação do uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs). “É neste local que deve se propiciar espaço de aprendizagem, mediado pelo computador, no processo de busca e de seleção de fontes de informação. Para isso, o bibliotecário é imprescindível como promotor de inclusão informacional e digital, atendendo à bibliodiversidade, auxiliando na apropriação de novos conhecimentos e possibilitando a autonomia e a acessibilidade à informação no espaço da biblioteca.”

A presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) Nêmora Arlindo, explica que o programa Mobilizador visa sensibilizar todos os agentes envolvidos com educação no País, a partir da premissa de que a sociedade brasileira carece de uma formação de cidadãos capazes de exercer sua autonomia, com base em um senso crítico construído por meio de um ensino, sobretudo de caráter público de qualidade. “A biblioteca na escola passa a ter um papel fundamental, que é o de alicerçar o projeto pedagógico. Destaca-se ainda, que a função da biblioteca escolar vai além da formação de leitores e inclui a pesquisa e a difusão de conhecimentos”, pontua Nêmora.

Como medidas para incentivar o uso da biblioteca, a presidente do CFB diz que seria importante incluir o uso destes espaços nas atividades curriculares. “Há escolas que preveem períodos dentro da grade escolar para a realização de trabalhos na biblioteca e, para tanto, há uma plena integração dos professores e bibliotecários a fim de construir um projeto conjunto.” Além disso, Nêmora destaca a realização de vários programas a serem desenvolvidos nas bibliotecas – como rodas de leitura, gincana do saber, performances teatrais a partir das leituras realizadas, e oficinas de criação.

Para Eliane, as ferramentas da internet são muito valiosas, porém não podem excluir outras formas de interação social, e menos ainda, de busca de conhecimentos. “Na verdade, a rede deve ser empregada para melhor utilização dos recursos das bibliotecas e constitui mais um serviço a ser prestado.”

Atualmente, três instituições atuam diretamente nas



Aiman Braga

Eliane explica que o projeto busca organizar atividades de promoção da leitura que estimulem a sensibilidade e consciência cultural e social


realizações dos Fóruns: além da Fabico/Ufrgs, o Instituto Goethe e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IF-RS). Especialistas afirmam que a formação do senso crítico depende da produção autônoma do conhecimento elaborado por uma prática efetiva de pesquisa, uma vez que, através dela é exercida a reflexão sobre a realidade como forma de sistematizar o olhar sobre o mundo.

No contexto do projeto de ensino-aprendizagem, a biblioteca escolar se apresenta como um centro de conhecimento que, conforme definição da Organização dos Estados Americanos (OEA) “se configura através da participação direta em todos os aspectos do programa de educação, onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus saberes, desenvolver pesquisas e aptidões para leitura, bem como para opinar e para avaliar, assim como ampliar seus meios de comunicação, com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total.” Ainda de acordo com a OEA, a “biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente.”

Acesso ao livro ainda é restrito no País

Quem dera a maioria dos brasileiros pensasse como o escritor argentino Jorge Luis Borges, que dizia: “Eu sempre imaginei que o paraíso deve ser algum tipo de biblioteca.” No entanto, a realidade é outra. Dados da mais recente pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro e publicada no final de 2011, revelam que há uma enorme fatia da população que não conhece os materiais de leitura, ou conhece muito mal.

Há um claríssimo problema de acesso destes instrumentos de leitura, especialmente ao livro. Mesmo tendo-os por perto, falta a descoberta, “a volta na chave” que faz a súbita ligação e torna o sujeito capturado para a leitura. Prova disso é que o ato de ler aparece no 4º ou 5º lugar da preferência de lazer dos brasileiros, depois do primeiríssimo lugar: ver televisão, ouvir música e (às vezes) ouvir rádio. A maior parcela de não-leitores está entre os adultos: 30 a 39 anos (15%), 40 a 49 anos (15%), 50 a 59 anos (13%) e 60 a 69 anos (11%). O número de não-leitores diminui de acordo com a renda familiar e de acordo com a classe social. Quase não há quem não leia na classe A, e há apenas 1% de não-leitores quando a renda familiar é de mais de 10 salários mínimos. Isso pode levar à conclusão de que o poder aquisitivo é significativo para a constituição de leitores assíduos.

As dificuldades de leitura declaradas configuram um quadro de má formação das habilidades necessárias à leitura, o que pode decorrer da fragilidade do processo educacional: 17% leem muito devagar, 7% não compreendem o que leem; 11% não têm paciência para ler, e 7% não têm concentração. Todos esses problemas dizem respeito a habilidades que são formadas no processo educacional. As alegações para a ausência de leitura evidenciam problemas de várias ordens: falta de tempo (54%), outras preferências (34%), desinteresse (19%), falta de dinheiro (18%), falta de bibliotecas (15%). Assim, 33% das alegações dizem respeito à falta de acesso real ao livro e 53% dizem respeito ao desinteresse pela leitura. Se falta de tempo ainda for considerada uma questão de opção na organização da agenda pessoal, o índice de desinteresse pela leitura cresce muito. 

As lições da estiagem no Estado

Especialistas afirmam que é possível enfrentar o fenômeno sem precisar de “um milagre”

por **Patrícia Comunello**

A academia alerta: não há uma solução milagrosa para o problema que é um velho conhecido dos produtores: a estiagem. Mas há o que fazer. Isso inclui usar adequadamente o solo, respeitando as necessidades e limitações, garantir água para atender períodos de escassez – e mais: usar corretamente esta água –, ouvir as recomendações técnicas para gerir a lavoura e evitar maiores prejuízos, e principalmente – é preciso política que contemple todas as frentes. O produtor deve receber aporte de informações e orientação para que não perca em um ano os investimentos pesados que fez ao longo de sua história. Mas o recado geral é que a estiagem tem sido uma rotina e as ações estão demorando a “chover” na lavoura.

Quatro professores, com respaldo conhecido dentro e fora da academia, mergulham no problema, cada um em sua área de conhecimento e trajetória na Ufrgs. Homero Bergamaschi, que acumula quatro décadas de monitoramento e pesquisa sobre grãos e clima, lembra que escassez de chuvas em sequência no Estado já impediram que governadores fossem reeleitos; Fernando Meirelles, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), adverte para a quase inexistência de planos de gestão dos recursos ambientais; Julio Hasenack, do Centro de Ecologia, diz que a natureza vem dando respostas à forma como a sociedade a trata; e Lovois de Andrade Miguel, que coordena o curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, identifica a especialização do campo como obstáculo na hora de atacar o problema. Nesta reportagem, estes especialistas apresentaram “as armas” com as quais é possível enfrentar a estiagem que, volta e meia, tem assolado o Rio Grande do Sul, causando prejuízos e destruindo sonhos longe das cidades.

Culturas e solo em lavouras irrigadas

A maior causa da estiagem é a origem do clima, que tem configuração diferente nas regiões brasileiras, explica Bergamaschi, que é professor aposentado da Agrometeorologia da Faculdade de Agronomia da Ufrgs. “Se não respeitarmos isso, lutaremos contra a natureza. Na zona de expansão de lavouras (Norte), chove em torno de 200 a 300 milímetros no verão. Aqui, são 130 a 140 milímetros e com grande oscilação de um ano para outro. O que



Fotos: Patrícia Comunello

Homero Bergamaschi, professor aposentado da Agrometeorologia da Faculdade de Agronomia da Ufrgs, diz que é necessário preparar os produtores para que tenham condições de realizar os cultivos

fazer? É preciso adotar ações para reduzir riscos”, frisa o professor. Hoje o efeito é muito maior, acrescenta, pois tudo está projetado para aumentar o rendimento e a relação genótipo ambiente é mais fina. Para estiagens longas, as medidas são paliativas, como o uso da irrigação, evitando o déficit hídrico.

Elaborar um plano na área exige água, crédito e conhecimento, aponta Bergamaschi. Este problema demanda uma evolução mais rápida quando a estiagem atinge o começo e o final da lavoura. Em dezembro, há maior demanda evaporativa, os dias são mais longos e a radiação é maior. Isso porque a planta gasta energia em forma de

transpiração, justo quando está formando o grão. O dado a ser observado é a relação clima, planta e uso da água, que envolve o enfoque agrônomico e manejo de cultura. “Me preocupo com a forma como está a condução do tema. Ataca-se mais a infraestrutura, que é importante, mas é preciso ter um trabalho mais demorado com as culturas e o solo em lavouras irrigadas. Os agrônomos têm de estar bem preparados. Não é só comprar equipamentos e sair fazendo irrigação. Desde os anos 1970, estuda-se o uso da irrigação, que é um caminho inevitável. Produtos de alto retorno têm cultivo mais restrito. Na estiagem de 1990-1991, editamos um livro, cujas intenções e ideias eram semelhantes às de hoje. Depois veio uma sequência de anos e de safras sem estiagem, e esqueceu-se tudo. Corremos o risco de isso acontecer de novo, caso a próxima safra de verão não tenha estiagem.”

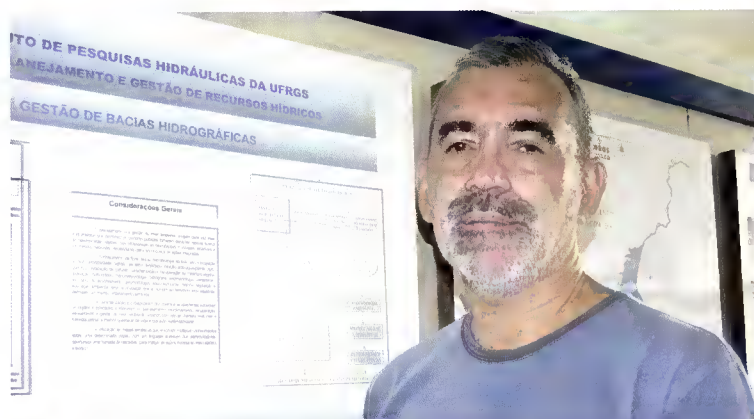
O professor aposentado pontua que na área da pesquisa, existem trabalhos de longo prazo, cujo conhecimento não sai de moda - o que muda é a tecnologia. E ele adverte que as questões ligadas ao meio ambiente e suprimento de energia têm de ser pensadas antes. “É preciso preparar o produtor para que ele tenha condições de fazer a cultura. Como está o nível de qualidade da área técnica no Estado? O setor privado entrou com força, e oferecendo produtos milagrosos, o que gera desconfiança. O setor precisa ter uma assistência desinteressada, que não queira ganhar dinheiro. Se não houver um trabalho bem feito na parte agrônômica, na qual o produtor use o manejo adequado das culturas, poderá ocorrer um baixo retorno e uso exagerado de água na irrigação com pivôs.”

Para isso, a atuação de profissionais de Agronomia e Engenharia Agrícola é indispensável, diz o especialista. Ele observa que a irrigação pode resolver a maior parte dos problemas, mas as secas mais curtas são as mais frequentes. Tudo depende de quando o fenômeno ocorrer. Isto é, exige não somente observar apenas a duração e quanto deixou de chover, mas como as culturas foram atingidas. Medidas preventivas podem ser usadas, e, em geral, não custam e reduzem risco, como escalonamento de culturas, rotação e plantio de acordo com o calendário do zoneamento agrícola, ensina Bergamaschi. “Os gestores públicos deveriam ouvir mais o Conselho Estadual de Agrometeorologia (Copaergs). Mas há alguns dados manipulados sobre alta produtividade. Em 2005, os resultados de dez anos de estudos sobre desempenho de milho apontaram que culturas com irrigação obtinham até 10 toneladas (pouco mais de 150 sacos por hectare). Com toda a tecnologia e sem irrigação, o resultado era de seis toneladas por hectare (100 sacos). Portanto, a relação é de cinco safras irrigadas para três não irrigadas. Não dá para comparar lavoura feita de qualquer jeito com a de irrigação. No período de 2003 a 2006, os efeitos da estia-

gem impediram que o governador da época fosse reeleito. O atual está no primeiro ano”, dispara.

Plano estadual de recursos hídricos

Na opinião do doutor em recursos hídricos e saneamento ambiental e professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Ufrgs, Fernando Meirelles, a gestão continua em segundo plano, quando é a base para conviver tanto com cheias como com estiagens. “Temos trabalhado na Universidade em vários comitês de bacias para otimizar esta área, por meio da formulação de planos para



Fernando Meirelles, doutor em recursos hídricos e saneamento ambiental e professor do IPH da Ufrgs, diz que os desmatamentos impactaram no comportamento dos rios

entender o comportamento hidrológico dos mananciais e ter mais certeza de como planejar”, revela.

A partir da compreensão de como a baixa se comporta e como ações podem minorar os efeitos do clima, a natureza tem outro comportamento, diz Meirelles, lembrando que é preciso identificar áreas críticas, no caso de enchentes, e o que pode ocupar. “Na seca - e a atual foi significativa, indica-se onde seriam colocadas as estruturas de armazenamento que dariam efeito mais adequado ou quais seriam as ações a serem feitas em relação ao solo, cobertura florestal e nascentes que melhorariam a vazão mínima em época de estiagem.” O rio não deveria secar, adverte, destacando que a forma de uso do solo e os desmatamentos impactaram o comportamento dos rios.

Minas Gerais vem adotando medidas nas propriedades que geram aumento da quantidade de água quando tem seca, mesmo sem barragem, informa o professor. “Eles estão fazendo “barriguinhas”, pequenas escavações onde a água da chuva escorre e infiltra na terra, que passa a ser o local de armazenamento. Eles conseguem água de melhor qualidade e com mais abundância. São obras que custam muito pouco. O solo reassume o papel que tinha de grande depósito de água. Perdemos muito a capacidade de conter esta chuva do inverno, que escoar mais rápi-

do para o rio. Não é que as estiagens tenham ficado mais frequentes, mas que o efeito está mais severo porque o solo perdeu a capacidade de segurar o recurso hídrico.” Meirelles observa que no Estado chove bem ao longo do ano, “mas a água vai embora mais rápido”.

A forma mais efetiva de armazenar e com menos investimento, sugere o professor, seria reutilizar o solo para a reserva. Funciona bem para solos profundos, característica das Missões e do Planalto, entre os mais afetados, garante. “Esta solução não é adotada aqui. Os microaçuões têm efeito para as propriedades familiares e não para lavouras extensivas. A “barraginha” é um local onde a água para. A visão mais moderna é enxergar a bacia como unidade de planejamento, prevista na lei federal. É preciso fazer estudos, para depois implementar medidas, como outorga e enquadramento em classes de utilização e cobrança do uso da água. Hoje a outorga é dada de forma precária e pode ser retirada a qualquer momento.”

Meirelles destaca que se precisa de ação de alguém para sair desse “círculo vicioso”. Ter plano é a forma, pontua. “As barragens feitas até hoje no Estado nunca pensaram as bacias como um todo. Foram sempre soluções pontuais, porque havia área para irrigar ou mobilização na região. Pode-se escolher um ponto que não vai resolver o problema. Qualquer aspecto negativo deve ser estudado dentro do plano. Como sobreviver a uma estiagem de 40 dias? Há ferramentas de previsão meteorológica que antecipam esta condição. Se o agricultor for retirar uma vazão, sinalizaremos uma redução de área de plantio ou uso deficitário do recurso.” Dentro de uma visão compartilhada, pode-se fazer muito, garante. Mas, no Rio Grande do Sul, “é cada um por si”, lamenta. O professor diz que não apostaria em plano de irrigação, mas em um plano estadual de recursos hídricos e na ampliação de possibilidades de manejo e produção de água. “Se houvesse uma política agrícola no País, poderíamos até dizer ao produtor: não plante este ano”, sugere.

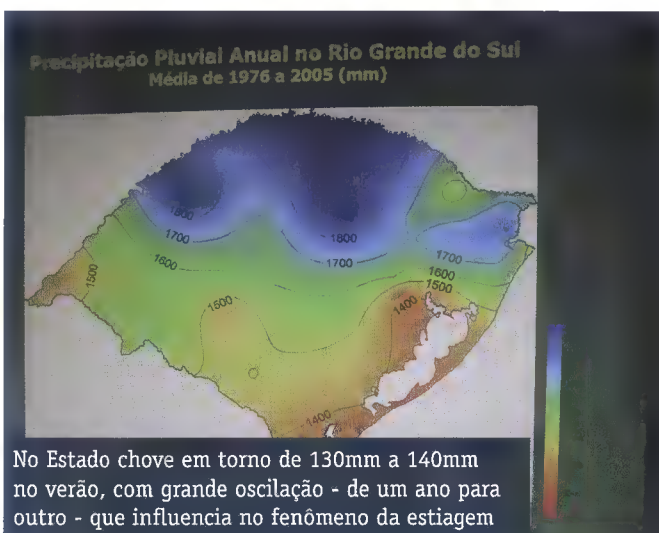


Julio Hasenack, geógrafo e professor do Centro de Ecologia da Ufrgs destaca que a legislação manda que 30% da margem do rio deve ser conservada com vegetação nativa

“Vivemos as consequências do que provocamos”

“O que se noticia é que tem água em algum lugar e uma quantidade de hectares para irrigar. Ninguém se dá conta de que o solo é diferente em cada região, que recebe mais ou menos sol e tem relevo diferente”, critica o geógrafo e professor do Centro de Ecologia da Ufrgs, Julio Hasenack. Ele esclarece que a água pode infiltrar mais no solo ou escorrer mais rapidamente e que há uma série de características que permitem dizer que alguns locais comportam irrigação e outros não. “Se fosse irrigar toda área produtiva não teria água.” Isso significa que, se há limitação de água, deve-se fazer onde é mais vantajoso econômica e ambientalmente. “Toda vez que consigo ler a paisagem adequadamente serei mais econômico. Tem de balançar o tipo de solo, água, tipo de cultivo e que manejo adotará. Toda vez que vou irrigar, gasto energia. Se faço isso mal, jogo recursos fora. Se meu manejo é adequado, sou ambientalmente correto. Em algum lugar preciso preservar a vegetação. Quando faço isso na beira do rio, garanto a conservação. A questão toda é que se a legislação, mesmo antiga, tivesse sido respeitada, teríamos uma condição melhor.”

Como não foi, e agora isso começa a ser cobrado, as pessoas acham que “estão sendo punidas”, avalia o ge-



No Estado chove em torno de 130mm a 140mm no verão, com grande oscilação - de um ano para outro - que influencia no fenômeno da estiagem

ógrafo. Ele destaca que a legislação manda que 30% da margem seja conservada com vegetação nativa. “Plantavam até a barranca do rio, que tornou o manancial raso e acabou com os peixes. Se não fosse isso, a mata seguraria a terra. Estão tirando área de cultivo. Mas nós tiramos também. Vivemos as consequências de algo que provocamos. Falta hoje a visibilidade que tínhamos no passado sobre os conhecimentos que a universidade produz e que têm importância tanto para uma publicação internacional, como para a população local. Isso é o trabalho de extensão, que sempre estava em segundo plano na Instituição. Vivemos a era da informação, com todos os recursos de mobilidade e estamos na idade da pedra na forma de repassar”, compara. E indaga: Por que não usar o celular para levar a informação sobre as condições climáticas ao produtor? “Muitas orientações deixamos de repassar por que há desorganização de dados. Falta uma estrutura padrão.”



Lovois de Andrade Miguel, professor da Faculdade de Economia e coordenador do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural: “Falta uma política de longo prazo para o problema da estiagem.”

Autonomia para produtores rurais

À frente do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Ufrgs, Lovois de Andrade Miguel, que também é professor de Economia, diz que a questão da estiagem é um fenômeno mais complexo que um simples evento climático ou redução da produção agrícola, pois envolve fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos. “Não podemos ter uma visão simplista. É preciso observar as razões que geram efeito mais devastador sobre algumas regiões mais que em outras”, avalia. E para os diferentes tipos de agricultores, há impactos desiguais.

Em áreas vinculadas com produção das lavouras de milho e soja, o impacto é muito mais intenso, aponta. “E tem um dado que muitos esquecem e que o desenvolvi-

mento rural nos ajuda a entender: por que os produtores são tão vulneráveis à estiagem? O efeito da estiagem tem raízes históricas e que se acentuou com o processo de modernização e especialização da agricultura. Os sojicultores do Planalto tinham várias atividades. A partir dos anos de 1970, as lavouras que eram uma parte passaram a ser 100% da economia da atividade. O efeito de uma seca forte é mais intenso nestes casos. O poder devastador da falta de água hoje é muito maior.” Soja e milho, segundo Miguel, são mais sensíveis à estiagem. Nas áreas de gado e arroz, o impacto é menos importante, observa o professor.

O tema surge de forma indireta no curso de Planejamento Rural, que atinge 600 produtores e profissionais no interior do Estado. “Discutimos também as mudanças nas últimas décadas e o que resultou em perdas como a da autonomia e maior fragilidade diante destes fenômenos. Não concordo com a tese de que há razões culturais

que explicam a passividade do agricultor diante do problema. Nenhum produtor dirá que plantará e arriscará um ano a cada quatro que perder a metade da safra. Partimos do pressuposto de que eles são pessoas sábias e que são especialistas em suas áreas. As razões estão no custo do uso de irrigação e os impactos ambientais, de infraestrutura com disponibilidade de açudes e de acesso à crédito”, ressalta Miguel, frisando que hoje não existe em nível estadual ou federal uma política adequada de financiamento e apoio para equipar as propriedades.

Uma seca como a recente não se repete todos os anos, o que causa uma acomodação. Isso acaba gerando uma conduta dos agricultores, diz o professor de economia. “Como muitas questões no Brasil, discute-se e mediatiza-se os problemas quando eles ocorrem e depois caem no esquecimento. Falta uma política de longo prazo”, dispara. Outro lado envolve, mais que minimizar os impactos da seca, observa. “Fala-se muito em implementar pivô central e colocar açudes. Mas a especialização restringiu as opções. Outra política é mostrar ao campo e levar assistência para dar autonomia aos produtores para que eles não se tornem tão dependentes de uma atividade. Reduz-se a estiagem ao mero uso de equipamentos para minimizá-la. A agropecuária corresponde a quase a metade do PIB gaúcho. Uma perda de 20% tem impacto na propriedade, mas para a economia geral pode ser menor. Como o preço dos grãos como o da soja está elevado, deixa-se de ganhar mais”, finaliza. ☞

Jefferson Cardia Simões

“A sociedade precisa ter clareza sobre por que estamos na Antártica”

O grupo do Centro Polar e Climático da Ufrgs realizou mais uma expedição à Antártica, em dezembro de 2011, para a instalação do primeiro módulo científico nacional dentro do continente, o Criosfera 1. Meses depois, um trágico incidente atingiu o Programa Antártico Brasileiro. Um incêndio destruiu o bloco central da estação polar Comandante Ferraz, deixando duas vítimas fatais. Em entrevista à revista Adverso, o professor Jefferson Cardia Simões, diretor do Centro Polar e Climático e delegado brasileiro no Comitê Internacional de Pesquisa Antártica, fala sobre a missão, sobre o incêndio e sobre o futuro da ciência antártica brasileira.

A expedição que instalou o Criosfera 1, destaca o geólogo, confirmou a liderança da Ufrgs no âmbito do Programa Antártico Brasileiro, posição esta que deve se aprofundar com a construção do prédio do Centro Polar e Climático e com o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do grupo, o único do Brasil que se dedica em tempo integral à ciência antártica. Sobre o acidente, Jefferson Cardia Simões lamenta a perda de vidas e de anos de pesquisa, mas lembra que a área destruída representa 40% de todo o Programa Antártico Brasileiro. Ou seja, 60% do programa não foi afetado e está em pleno andamento, com trabalhos de campo e de laboratório. “O Programa Antártico Brasileiro é muito mais amplo que a Estação Comandante Ferraz”, salienta Simões.

O geólogo da Ufrgs será uma das lideranças do processo de reconstrução da Estação que, segundo ele, deverá demorar cerca de quatro meses. “Eu sou da opinião que crises têm que ser aproveitadas, ainda mais uma crise tão séria como esta, que teve perda de vidas humanas. Nós estamos há 30 anos na Antártica e estamos fazendo um trabalho sério. A sociedade precisa ter clareza sobre por que estamos lá.

por Marco Aurélio Weissheimer

Adverso: Quais foram os objetivos da nova missão realizada no território antártico entre o final de 2011 e início de 2012?

Jefferson Cardia Simões: No verão de 2011-2012, realizamos a segunda expedição brasileira ao interior da Antártica. Como ocorreu na primeira vez, a expedição foi liderada pelo Centro Polar e Climático da Ufrgs. O principal objetivo dessa missão foi inserir o primeiro módulo científico nacional dentro do continente. Esse módulo, que batizamos de Criosfera 1, foi colocado a mais de 2.500 quilômetros ao sul da estação Comandante Ferraz, já dentro do grande manto de gelo da Antártica ocidental. A estação está localizada a mais ou menos 62° sul, onde a temperatura média é menos 2,8°C. O local onde instalamos o Criosfera 1 está a 84° sul, a somente 670 quilômetros do polo sul geográfico, e onde a temperatura média é de menos 32°C. É um ambiente muito mais agressivo, onde só um grupo tem treinamento no Brasil para trabalhar lá: o do Centro Polar e Climático da Ufrgs.

O Criosfera 1 é um módulo totalmente automatizado e sustentável. Seu abastecimento é feito com energia solar (que em março deixou de existir, pois está a 84° sul) e com energia eólica (quatro geradores). Dentro do módulo, nós temos uma estação meteorológica automática, temos sensores que medem radiação, bombas de sucção de ar, que estão amostrando neste momento a química da atmosfera, nos dando online a concentração de dióxido de carbono, principal gás do efeito estufa. Infelizmente, o que estamos observando lá são aquelas concentrações de 386, 387 partes por milhão por volume, que é a média global, um índice 40% superior ao existente antes da Revolução Industrial.

Adverso: O que é uma má notícia...

Simões: É uma má notícia, mas já era conhecida. A boa notícia, se é que dá para chamar assim, é que estamos confirmando todos os outros valores de maneira independente. Temos filtros que estão coletando o black carbono, o carbono elementar que é um subproduto tanto de queimadas quanto da quei-



“A Ufrgs tem um grupo de elite no Programa Antártico Brasileiro, que é o único treinado para adentrar aquele continente”

ma de combustíveis fósseis. Um de nossos estudos busca responder nos próximos anos quanto desse tipo de poluição gerada na América do Sul está chegando no interior da Antártica, muitas vezes a mais de 7 mil quilômetros da área de maior produção desse material.

Mas a expedição não se limitou à instalação do módulo. Nós obtivemos um testemunho de gelo de 100 metros, o que nos dá mais ou menos entre 250 e 300 anos de dados da química atmosférica e também da história climática daquele sítio. Essas informações serão usadas também para calibrar os dados dos testemunhos daquela região, comparando com os dados do Criosfera 1. Fizemos também alguns trabalhos de geofísica, principalmente para determinar a espessura e a velocidade do gelo. Isso é importante,

tanto para entender como o gelo do planeta está respondendo às variações climáticas, que não são só variações de temperatura, mas também de precipitação, de acumulação de neve no interior da Antártica.

Finalmente, também coletamos amostras da atmosfera. Isso tudo foi feito em cooperação com sete instituições nacionais. Além do grupo que instalou o Criosfera 1, nós tivemos outro grupo a 80° sul, a aproximadamente 470 quilômetros de onde estávamos, que fez outros tipos de estudos, de geologia, de solos congelados, evolução de geleiras e sensoriamento remoto. Esses grupos tiveram a participação da Ufrgs, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (nossa grande parceira, sob a liderança do professor Heitor Evangelista), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), da FURG (Universidade Federal do Rio Grande), da Universidade Federal de Viçosa, da Universidade Federal Fluminense e do Observatório Nacional. No total, ao longo de um mês, 17 pesquisadores estiveram envolvidos na expedição.

Para o tamanho da missão, houve um investimento relativamente barato. No total, considerando a instalação da estação e toda a logística, gastamos cerca de R\$ 2,5 milhões. Cabe ressaltar que 80% disso é custo com logística. Só de transporte – de pessoal, do módulo, aluguel de moto de neve e inclusive o aluguel de um DC-3 – nós gastamos US\$ 600 mil.

Adverso: A logística é mais cara que o próprio laboratório...

Simões: Certamente. É mais cara que o laboratório e que a própria pesquisa. E esse é o grande problema da pesquisa polar.

Adverso: E qual foi o balanço dessa missão?

Simões: Essa missão confirmou



Equipe da Ufrgs em ocasião da instalação do primeiro módulo científico nacional dentro da Antártica, o Criosfera I

a liderança da Ufrgs no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Nós temos um grupo de elite neste programa. Poucos estão treinados a adentrar o continente. A maioria da equipe do Programa continua, com exceção de nós, a trabalhar na ilha Rei George e arredores, onde está localizada a Estação Comandante Ferraz, e na periferia da Península Antártica, entre 62° e 65° sul. Nós estamos trabalhando entre 80° e 84° sul.

Adverso: Qual é a importância e o significado desse “ir mais para o sul”? Que tipo de dados se consegue lá que não se consegue mais ao norte?

Simões: A grande diferença é que, para a pesquisa geológica, glaciológica e geofísica, você tem que adentrar o continente. O interior da Antártica é importante porque concentra 90% do manto de gelo do continente, ao qual não temos acesso na periferia. É aí também

que se consegue os testemunhos de gelo, que são o melhor registro da história climática e da química atmosférica, que permitem estudar a evolução desse clima ao longo de milhares de anos. Cabe ressaltar que a Antártica foi o centro do Gondwana (supercontinente que incluía a maior parte das zonas de terra firme que hoje constituem os continentes do Hemisfério Sul, incluindo a Antártica, América do Sul, África, Madagáscar, Seicheles, Índia, Austrália, Nova Guiné, Nova Zelândia, e Nova Caledônia). Só podemos aprender algo sobre esse período fazendo geofísica no interior da Antártica.

Isso não desvaloriza a pesquisa feita na periferia. O estudo sobre a evolução geológica da plataforma continental, por exemplo, é essencial. Somente nos últimos anos o programa brasileiro começou a ingressar no interior da Antártica. Em 2008 e 2009, fizemos a expedição do Exército de Cristal, que foi a primeira que entrou no continente.

O conhecimento científico no interior da Antártica vai desde questões de física molecular, da estrutura da matéria, estudos sobre neutrinos, passando por astrofísica e astronomia, glaciologia, geologia, geofísica, hoje a cada vez mais a procura de extremófilos, ou seja, aqueles organismos que vivem em situações extremas, incluindo algumas bactérias encontradas no gelo em estado dormente nos últimos 400 mil anos, que têm a possibilidade de serem trazidas à vida. A grande descoberta dos últimos anos são os lagos subglaciais, que estão exatamente embaixo desse manto de gelo que, é bom lembrar, tem uma espessura que varia de dois a cinco quilômetros. Embaixo desse manto já encontramos mais de 170 lagos subglaciais. O maior deles é o lago de Vostok, que ultrapassa 14 mil quilômetros quadrados – é maior que a Lagoa dos Patos. Recentemente, no início de fevereiro, os russos conseguiram atingir o topo do lago

(abaixo de 3.800 metros de gelo) e no ano que vem eles irão tirar amostras da água.

Adverso: O topo do lago é a parte logo abaixo do manto de gelo?

Simões: Nós não sabemos ainda o que vamos encontrar ali. Será uma grande descoberta saber se essa vida evoluiu separadamente. Estamos falando, claro, de microorganismos, bactérias, vírus. Essa é uma das razões pelas quais precisamos conhecer o manto de gelo da Antártica. Outra é a questão climática. O manto de gelo da Antártica, como é muito grande e muito espesso (são quase 13,6 milhões de quilômetros quadrados), é o que nós, cientistas, chamamos de sorvedouro de energia. Basicamente, a energia sai dos trópicos e vai para as duas regiões polares por causa dessa massa enorme de gelo, mais ainda para a Antártica. Essa área é, portanto, um fator de equilíbrio, de resfriamento do planeta. Se começarmos a fazer pequenas mudanças ali, modifica todo o sistema. Daí a importância da pesquisa glacio-climática.

É importante dizer que essa expedição demonstrou também o aprofundamento do interesse do Brasil na questão antártica. Além disso, mostrou a liderança da Ufrgs no Programa Antártico Brasileiro como um todo. O nosso próximo passo será a construção do prédio do Centro Polar e Climático aqui no Campus, que terá 3 mil metros quadrados e administrará cerca de 60% do Programa Antártico Brasileiro em termos de pesquisa.

Adverso: Infelizmente ocorreu o trágico acidente na estação Comandante Ferraz com a perda de duas vidas. Quais os prejuízos que o acidente traz para o Programa?

Simões: Desde novembro (2011), o Programa Antártico Brasi-

leiro está passando por um processo de reestruturação e planejamento estratégico. Esse planejamento já está basicamente finalizado. O Ministério da Ciência e Tecnologia solicitou que eu liderasse a reestruturação da ciência nesta área e fizesse um planejamento estratégico para os próximos 5 a 10 anos. Uma das metas desse trabalho é responder quais são os benefícios da ciência



“O incêndio na Comandante Ferraz não afetou 60% do Programa, apenas parou com as pesquisas executadas na Estação”

antártica para a sociedade brasileira e como podemos qualificá-la, melhorar a produção intelectual e ter mais impacto, tanto interno quanto externo. Infelizmente, nesse meio tempo, tivemos essa catástrofe do incêndio que destruiu por completo o bloco central da estação antártica Comandante Ferraz.

O que é verdade e o que foi exagero da mídia? Certamente, paramos com todas as pesquisas de laboratório que estavam sendo executadas na estação, mas isso só representa 40% de todo o programa antártico brasileiro. Ou seja, 60% do programa (e inclusive a Ufrgs está nestes 60%) não foi afetado e está em pleno andamento, com trabalhos de campo e de laboratório. O Programa Antártico Brasileiro é muito mais amplo que a Estação Comandante Ferraz. Agora precisamos tomar uma

série de decisões. Uma comissão foi criada dentro do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, na qual tenho o papel de liderança científica, para tomar medidas emergenciais.

Em primeiro lugar, precisamos fazer um levantamento dos prejuízos para os projetos em andamento, dos equipamentos que foram destruídos, e, com algum recurso emergencial, tentar salvar os bens de capital e comprar novos equipamentos. O mais importante de tudo é, ainda este ano, montar uma licitação que, se Deus quiser, vai ser internacional para contratar uma empresa qualificada e especialista em montagem de estações polares. A estação toda deve ter o seu design marcado pela pesquisa científica. A prioridade deve ser definir quais são os objetivos científicos e, a partir daí, se monta a estação, que também deve ser orgânica, sustentável e usar o máximo possível de energias alternativas.

Adverso: O que significa exatamente ser “orgânica”?

Simões: O que entendemos por organicidade é o seguinte: a pesquisa científica desenvolve as suas prioridades de longo prazo, a atividade de apoio logístico, que é feita pela Marinha, apoia essa pesquisa, e todo esse processo é montado como uma estrutura para a ciência. O que aconteceu com a estação Comandante Ferraz é que ela foi crescendo aos poucos, sujeita às instabilidades econômicas do Brasil. Então, ao longo dos últimos 28 anos foi se construindo um grande “puxadinho”. Em 2007, foi feita uma reforma importante. Não se trata de desvalorizar a estação ao falar em “puxadinho”, mas ela começou com oito módulos e acabou com setenta. Ou seja, ela teve prioridade logística, mas não científica propriamente. É isso que estamos chamando de organicidade:

nós saímos da ciência, definimos a meta científica e também os padrões de menor impacto ambiental possível e de maior sustentabilidade, usando a maior quantidade possível de fontes alternativas de energia. É claro que vamos ter que continuar usando óleo, mas nós podemos diminuir esse uso, com o que também vamos reduzir o impacto ambiental. Isso tudo vai nos dar uma estação de vanguarda, mais segura e com uma maior produtividade científica.

Adverso: Já existe alguma estimativa em termos de tempo e custo para essa reconstrução?

Simões: Quanto ao tempo, vamos levar no mínimo de dois a três anos. Não tem como ser mais rápido. Uma estação antártica, às vezes, leva até quatro anos para ser construída. E nós temos um problema sério para o primeiro ano que é tirar o passivo ambiental. É preciso desmanchar toda estação. Virou lixo. A única coisa que se aproveitará são os módulos que estão afastados entre cinquenta e mil metros da estação. Isso não foi afetado. Alguns colegas já estão tentando ir para lá nas próximas semanas para colocar geradores e abastecer esses módulos. São sensores que medem a camada de ozônio, estações meteorológicas automáticas, módulos de geofísica espacial e de química atmosférica que estão todos afastados da estação. Já o bloco central queimou todo. É muito difícil lidar com incêndio naquela região.

Adverso: Isso já havia ocorrido em outras estações?

Simões: Sim, já ocorreu em várias estações. Eu não diria que é algo normal, mas ocorre, em média, duas vezes a cada década. Agora, precisamos olhar para o futuro e definir um planejamento estratégico baseado em metas científicas. Nós queremos, com a ciência, reforçar a posi-

ção política do Brasil no Sistema do Tratado Antártico, que não é só o local onde o Brasil está, mas abarca todo o continente antártico, 13,6 milhões de quilômetros quadrados, mais o oceano, em um total de 48 milhões de quilômetros quadrados. É quase 10% do planeta Terra. Ao reforçarmos a ciência antártica brasileira estamos reforçando a posição do nosso país no tratado que exige



“O sistema ambiental é um só e indiviso, todos fazem parte dele. Daí a importância de estarmos atuando na Antártica”

atividade científica.

Adverso: Obviamente que um evento trágico como esse, com perda de vidas, não tem um lado positivo. Mas, ao menos, a ciência antártica virou um tema de interesse nacional.

Simões: Eu sou da opinião que crises têm que ser aproveitadas, ainda mais uma crise tão séria como esta que teve perda de vidas humanas. Nós estamos há 30 anos na Antártica e estamos fazendo um trabalho sério. A sociedade precisa ter claro por que estamos na Antártica. Nós temos aí um problema geral para a ciência no Brasil, e não só para o Programa Antártico. Este tem suas peculiaridades, é visto por alguns como algo exótico num país que ainda vive do mito errado de

ser em um país tropical isolado do mundo. Uma das dificuldades para os brasileiros entenderem a questão das mudanças climáticas globais é achar que vive isolado. Criou-se nas décadas de 1960 e 1970 esse mito do “país tropical abençoado por Deus”, isolado das catástrofes naturais, terremotos. Isso tudo é bobagem. O sistema ambiental é uno e indiviso e nós fazemos parte dele. Daí a importância do que fazemos na Antártica.

Adverso: O senhor foi muito requisitado para dar entrevistas sobre o caso e também participou de uma audiência pública no Senado, em Brasília. Qual sua avaliação sobre as repercussões do acidente e seu impacto sobre o futuro do Programa Antártico Brasileiro?

Simões: Isso se deveu em parte à liderança da Ufrgs e, não posso negar, a minha liderança pessoal no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. A partir de novembro de 2011, passei a ser o cientista sênior do programa. Com isso, me tornei o delegado brasileiro no Comitê Internacional de Pesquisa Antártica, que integra o Conselho Internacional para a Ciência, sendo o órgão máximo da ciência mundial para a Antártica. Nesta condição, surgiram várias demandas do Congresso Nacional e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estou assumindo em meio a esse processo de crise e nós da Ufrgs deveremos ter uma participação muito ativa como liderança do Programa Antártico Brasileiro. Estamos trabalhando para isso. O grupo do Centro Polar e Climático, que hoje já envolve 18 professores e técnicos, e 25 alunos, é o único grupo em todo o Brasil que está trabalhando em regime de dedicação exclusiva para a Antártica.

Física desbrava novos mercados

Cursos que antes registravam evasão agora abrem portas para futuros profissionais da área

por **Patrícia Comunello**



O professor de astrofísica Charles Bonato inspira estudantes a conhecerem melhor a área que escolheram

Na Física, nada é simples. De quase 120 calouros que ingressam anualmente nas cinco opções de bacharelado, 20 se formam, e a realidade indica páreo duro fora da academia. Mas nada é impossível. Para sepultar o estigma de curso fácil de entrar, mas difícil de sair, o comando da Graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) enfrenta o teste pesado de aceitação do novo modelo de organização e segmentação, que estreou em 2010, na carona do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e que quer desbravar os territórios de oportunidades profissionais e surfar a onda de ramos emergentes ligadas ao desenvolvimento de tecnologia.

Em vez de uma só modalidade na formação de bacharelado, o Instituto de Física lançou cinco nichos e revitalizou a formação clássica. Na licenciatura, as opções de formação diurna e noturna continuam. Entre coordenadores, professores e os próprios alunos, o êxito do plano só poderá ser medido após a formatura dos primeiros filhos da estrutura estreante. As modalidades miram

campos de excelência em pesquisa e conhecimento (nos quais a Ufrgs já se situa entre as mais badaladas e melhor pontuadas no País) e um conceito mais pragmático, de olho no mercado de trabalho. “A carreira não se visualiza facilmente. A subdivisão aumentou a atratividade”, aposta a diretora do Instituto, Márcia Cristina Barbosa. Um sério planejamento estratégico, realizado em 2008 pela unidade, pautou as mudanças e garantiu as ferramentas para aplicar as metas do Reuni, lançado um ano depois. “Muitos cursos foram pegos de surpresa. Estávamos preparados”, assinala a diretora.

Na trilha da repaginação, alguns indicadores podem estar desenhando o futuro de cada ramo. Um passeio pela densidade de candidatos por vaga nos vestibulares desde 2010, quando ocorreu a primeira seleção no formato, indica que Engenharia Física e Astrofísica se mantêm em alta cotação. Já Materiais e Nanotecnologia e Pesquisa Básica seguem uma regularidade, mas com disputa abaixo das duas anteriores. O enigma é a Física Computacional, que começou em baixa, se reergueu e no concurso deste

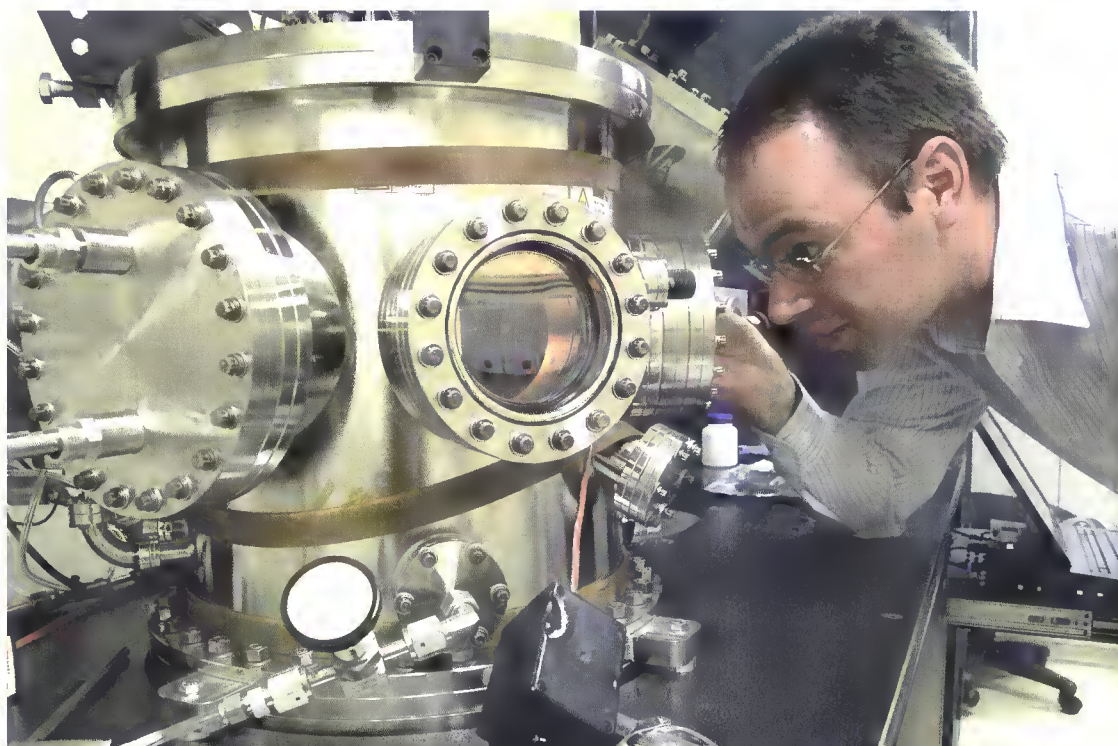
ano teve irrisório 0,5 candidato para cada uma das 20 vagas. "Não sei qual será o futuro desta opção. Podemos ter de fechá-la, mesmo que tenhamos grande potencial, pois está relacionada com análises de mercado, como em bolsas de valores", lamenta Márcia.

As mudanças acentuaram, segundo a diretora, a desproporção na qualificação dos concorrentes, considerando os oriundos do ensino privado e público. Márcia defende que a busca pelas áreas de formação, com mercados em ascensão, poderiam ser incentivadas entre egressos do setor público e entre cotistas, principalmente entre afrodescendentes, com baixíssima adesão. Outra barreira a vencer é a da baixa qualidade na formação do Ensino Fundamental e do Médio para áreas que exigem maior habilidade com números e raciocínio. "Precisamos motivar adolescentes e jovens a aprender a pensar e a perceber quanto isso vale a pena", associa a diretora.

O professor de astrofísica Charles Bonato, membro da comissão que concebeu os novos currículos e conceitos do curso, prefere aguardar a primeira leva de diplomados para avaliar se a receita gerou um perfil diversificado para um mercado que pode se abrir à nova oferta. "Somente depois da metade do curso, o aluno deverá conhecer mais a área que escolheu", justifica Bonato. Estudantes como Anelise Audibert, Natasha Zanon Dametto e William Rubert concordam com o professor. As duas jovens, que se formam este ano, migraram da versão antiga à nova. Ex-aluna de Arquitetura da Ufrgs, Natasha descobriu que gostava mesmo era de compreender as relações dos planetas e a evolução do Universo, em vez de pensar em habitações em solo terrestre. A colega Aline, que fazia engenharia química, foi seduzida pela Física. As duas enxergam a carreira ligada à universidade.

William fazia Engenharia Mecatrônica e trocou para Astrofísica, já na carreira nova. Agora ele planeja se inscrever no programa do governo Dilma, com milhares de bolsas para graduandos estudarem no Exterior. "Nós não tivemos esta sorte, pois estávamos com mais de 80% do curso concluído", lamenta Natasha. O garoto já sonha com uma universidade europeia. "Ficar seis meses só estudando." Mas, nesta área a perspectiva é ainda a incur-

são na pesquisa, com trajetória em mestrado, doutorado e outras formações. Guilherme dos Santos Couto e Fabíola Campos cumprem a sina. A mestranda lembra que teve de ouvir presságios desabonadores de familiares ao saberem da escolha pela área. "Vai passar fome", diziam, recorda a física aos risos. A bolsa de R\$ 1,2 mil é desanimadora, por um lado. Por outro, o céu visto do telescópio didático localizado no terraço de uma das unidades do Instituto é o limite. Pelo menos para estes futuros profissionais de pesquisa e inovação.



Cristiano Krug é um entusiasta da nova fase da graduação na Ufrgs

Michael Dell é físico

Um dos empreendedores do século 21, ao lado de fenômenos como Bill Gates, Michael Dell não chegou a concluir a universidade. Mas isso não está em pauta. O que importa é que muitos graduados, com ênfase em Engenharia Física, trabalham em desenvolvimento nos centros de inovação da companhia. Como também em outros players da área de tecnologia, incluindo o novato Ceitec, a primeira fábrica brasileira de chips, com sua planta em Porto Alegre. Cedido para atuar na coordenação de pesquisa e desenvolvimento da unidade estatal, fruto de um projeto articulado entre universidades e setor público, Cristiano Krug é um entusiasta da nova fase da graduação na Ufrgs. O curso de Engenharia Física é o mais disputado e o que tem uma conexão mais amadurecida com o mercado. E Krug, que ajudou na formatação do currículo, admite ser cobrado sobre pós-diploma. "Estamos num caminho muito bom. Muitos me desafiam sobre onde irão trabalhar, pois não se veem nos jornais ofertas para engenheiro físico", cita. Rapidamente, o especialista avisa:

esta área existe desde os anos 1920 do século passado, no exterior é muito comum e no Brasil hoje existem três a quatro cursos. O pioneiro surgiu no ano 2000 na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). “Lá, os diplomados saem com excelentes colocações nas indústrias”, garante. Para Krug, a iniciativa do Instituto da Física cumpre uma tarefa da universidade, que é formar profissionais bem preparados para resolver problemas “interessantes e importantes”. “Problemas fáceis já foram todos resolvidos”, avisa. “Vivemos no Brasil uma fase muito especial. Engenharia Física é mais uma mão na roda. A universidade pública está sendo desafiada a responder ante às novas demandas da sociedade.”



Silvana Tavares projeta a expansão de módulos da Hestia

Incubando oportunidades

A Incubadora Tecnológica Hestia fez a lição de casa. Habilitou-se a editais da Finep, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com mais 14 operações da Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (Reginp). Só que o dinheiro para mover as startups do segmento referente a seleções de 2010 e 2011, cerca de R\$ 1,5 milhão, não chegou, segundo a gerente da Hestia, Silvana Kaster Tavares. E a falta de recursos pode comprometer o desempenho de uma iniciativa que busca formar uma base de desenvolvimento e pesquisa para novos negócios em inovação.

Silvana, que é servidora de carreira da Universidade, não esmorece diante da dificuldade. Se não tem a verba que é prometida em atos políticos em gabinetes de Brasília, busca-se parceiros. “São recursos para consultoria e participação em feiras. Tivemos apoio do Sebrae e do governo estadual”, explica. A Hestia é um dos canais mais promissores para transpor o muro da universidade e injetar em polos de P&D o sangue quente de alunos em formação ou já graduados na Física. A gerente projeta para os próximos anos salto nas estruturas de operação, com expansão de módulos para incubação, hoje escassos. Limitações de licenciamento ambiental do projeto para a

sede no campus do Vale fizeram a gerente e demais integrantes do Instituto e de áreas de engenharias (a Hestia uniu os dois segmentos da Ufrgs) buscarem alternativas. Dois empreendimentos estão alinhavados: uma incubadora a ser erguida no Centro de Porto Alegre, que reunirá várias entidades e organismos de inovação, e outra que terá área no distrito industrial de Viamão, cedida pela Prefeitura.

Já na ação que envolve a nova matriz de cursos da graduação de Física, a equipe atua em duas frentes: Silvana prospecta ramos de indústrias que podem abrir espaço (emprego) aos formados, ou mesmo para estágio extra-curricular. “Fazemos busca ativa”, traduz a gerente. E, para valorizar a marca local, ela frisa que a graduação é uma das raras no País com conceito 7 na Capes, pontuação máxima, o que implica em professores e pesquisadores dar um duro danado para publicação de artigos e indexação em revistas internacionais. “A atualização de nossos laboratórios depende da manutenção desse padrão e isso envolve um alto investimento.”

Já Walberto Andrade Chuvás é o coordenador geral do projeto Portas Abertas, que leva o conhecimento de Física ao público jovem por meio das sessões do evento Conversas ao pé do Físico, que invade livrarias (Cultura e Fnac) nas quais professores desvendam o mundo pouco conhecido e que fica distante do dia a dia da disciplina na sala de aula. “Estamos popularizando a Física”, entusiasma-se Chuvás. O desafio é mais ousado. “O crescimento econômico conduz o Brasil às fronteiras de se tornar um país rico. Mas esta transição só será possível se nos tornarmos uma nação criadora de tecnologia”, previne Márcia Barbosa, coordenadora do Instituto de Física. ▴

Nova configuração da disputa pelas vagas na Ufrgs

Curso	Vagas	2010	2011	2012
Engenharia Física	36	4,57	4,47	4,67
Astrofísica	20	3,90	4,05	4,45
Física Computacional	20	0,50	5,50	1,30
Materiais e Nanotecnologia	20	2,45	3,20	2,80
Pesquisa Básica	20	1,95	2,80	2,80
Física (licenciatura diurna)	35	2,10	1,31	2,09
Física (licenciatura noturna)	35	1,57	1,71	2,54

Fonte: Coperves

Cientistas descobrem mecanismo que ajuda a entender Alzheimer

Mecanismo que fornece novos dados sobre funcionamento da comunicação entre neurônios foi descoberto por cientistas argentinos, possibilitando compreender doenças como o mal de Alzheimer e a esclerose. Trata-se de um mecanismo fundamental para a formação, fortalecimento e funcionamento das sinapses, os pontos de comunicação entre neurônios, conforme a Agência de Ciência e Técnica do Instituto Leloir, onde a pesquisa foi desenvolvida. A equipe identificou neste processo de comunicação pacotes de RNA mensageiro (responsável pela transferência de informação do DNA) temporariamente inativos, denominados “focos de silenciamento de mensageiros”. Com a formação desses pacotes, o RNA mensageiro não pode cumprir sua função, que permite consolidar a comunicação entre neurônios para memória e aprendizagem.

Os cientistas também identificaram neste processo a proteína Smaug 1, que, quando bloqueada, produz um defeito sináptico grave e os neurônios não se desenvolvem completamente, de acordo com o estudo. Durante o trabalho, eles analisaram, em roedores, neurônios do hipocampo, região do cérebro associada aos aspectos cognitivos.

A professora-doutora Liana Lisboa Fernandez, neurologista do Departamento Ciências Morfológicas UFCSPA, avalia que o trabalho dos cientistas argentinos sugere que estes focos de silenciamento dos RNAs mensageiros controlam localmente a tradução de proteínas especificamente em resposta a estimulação de receptores NMDA afetando a plasticidade sináptica. “Novos trabalhos em animais in vivo serão necessários para enriquecer os conhecimentos desvendados neste artigo”, sinaliza Liana.

Origem da notícia: Estadão

Produto antifogo contamina golfinhos

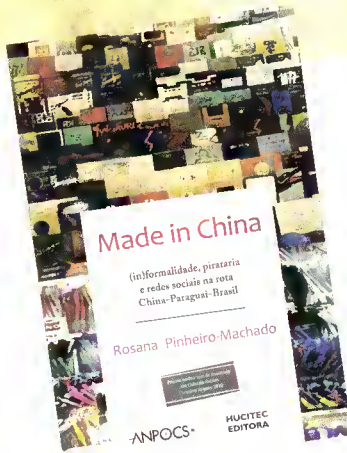
Uma substância usada para impedir o incêndio de produtos como celulares, embalagens de alimentos e travesséis está contaminando a costa brasileira, chegando a ser detectada em golfinhos de alto-mar. Os chamados retardantes de chamas foram encontrados em nove golfinhos-pintados-do-Atlântico, capturados acidentalmente por pescadores entre 2004 e 2007 na costa de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Pesquisadores USP, da Unesp e da Furg-RS fizeram a descoberta após analisar a gordura dos animais. Encontraram também altas taxas de pesticidas organoclorados como DDT – usado em plantações do Vale do Ribeira até 1997 – e PCB, também proibido desde 1981, proveniente, por exemplo, de indústrias de transformadores na baixada santista.

O biólogo do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, do Instituto de Biociências da Ufrgs, Maurício Tavares, alerta que o Litoral do Rio Grande do Sul é uma das áreas de maior biodiversidade do Brasil, apresentando o maior número de registros de espécies de botos, baleias e golfinhos. “Cerca de 80% destas espécies registradas para o Brasil têm ocorrência comprovada para o litoral gaúcho. Os cetáceos são predadores de topo da cadeia alimentar e os níveis de acumulação tóxica nestes organismos acaba sendo mais alto do que nas espécies mais basais como invertebrados e peixes.”

Segundo Tavares, estudos para quantificar e qualificar os poluentes encontrados em tecidos de cetáceos, bem como em outros organismos ainda são poucos se comparados com outras metodologias. “A maior parte dos organoclorados está proibida no Brasil, mas todos eles têm alta persistência no meio ambiente, demorando anos ou décadas para se degradar. Além disso, alguns deles, como o DDT, podem estar ainda sendo utilizados clandestinamente por pequenos agricultores, indo parar no oceano através dos rios que desembocam no mar”, observa.

Atualmente a espécie de golfinho mais ameaçada no Brasil é a toninha, devido às capturas acidentais em redes de pesca. A poluição por contaminantes seria mais um agravante para essa espécie extremamente costeira explica o biólogo da Ufrgs.

Origem da notícia: Estadão



Made in China

Autora: Rosana Pinheiro-Machado

Editora: Hucitec

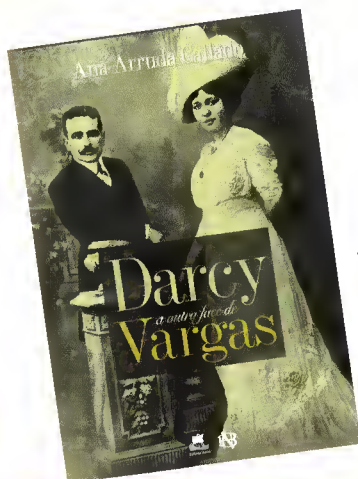
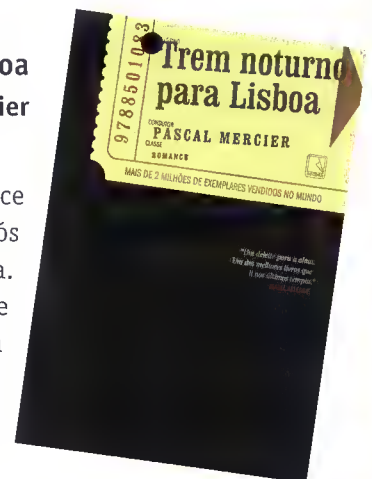
O livro discute o sistema formal e informal de produção e circulação de bens chineses-
bugigangas e cópias no circuito China-Brasil-Paraguai, a partir de um estudo etnográfico
realizado em Ciudad del Est, no Paraguai, e na Província de Guangdong, na China. Não
por acaso, a indústria de cópias de lá se situa em duas colônias europeias - Hong Kong e
Macau - onde se encontra a primeira zona econômica especial, o eufemismo chinês para
zona de processamento para exportação, verdadeira mola propulsora da globalização chi-
nesa. Destaca os antecedentes históricos desta área de crescimento inusitado na China
onde se localizam as fábricas de superlogomarcas globais e também de suas cópias, sistemas produ-
tivos dependentes de uma inserção no mercado global que se faz tanto pela via hegemônica quanto pela via não hegemô-
nica e que se sustenta, no mais das vezes, na superexploração do trabalho de migrantes. Durante muito tempo, a China
foi vista como um país isolado e misterioso que tinha pouco contato com o resto do mundo. Recentemente, o quadro
se inverteu: a China não só é um grande produtor de mercadorias, mas também um grande consumidor de produtos
agrícolas, petróleo e mercadorias de outros países. Especificamente no caso do Brasil, a China ultrapassou os EUA como
parceiro comercial. Compreender o que se passa naquele país é fundamental para entendermos o que está ocorrendo no
mundo. Este livro é uma obra pioneira por suas diferentes características: o tema, o enfoque, o tratamento dos dados, a
criatividade e seu estilo claro e de fácil compreensão, mesmo quando são analisados aspectos extremamente complexos.

Trem noturno para Lisboa

Autor: Pascal Mercier

Editora: Record

Pascal Mercier é o pseudônimo do filósofo suíço Peter Bieri. O início deste seu romance
deve mexer com as fantasias de qualquer docente: um professor de línguas clássicas, após
décadas de rotina acadêmica, abandona subitamente a sala de aula e não mais retorna.
Dirige-se à estação ferroviária de Berna e inicia uma viagem que o levará a Lisboa. É aí que
se inicia uma obsessiva procura de compreensão da solidão, da amizade, da vida enfim
(incluindo, claro, a morte). Tudo guiado pela tentativa de reconstrução da história de vida
de um autor português de um único livro. Com o desenrolar da história - com lances às
vezes inverossímeis, oníricos mesmo - o personagem demonstra estar sendo atraído para
mais uma língua, o português. O sucesso deste livro já transformou, em muitos países, o seu
título em expressão para se referir a uma "virada de mesa" na vida. Se você é frequentador real - não virtual - de
livrarias e tiver a oportunidade de folhear o romance, recomenda-se a leitura do texto em itálico que começa na página
178. As orelhas não dizem muita coisa, mas esse texto o fará adquirir o livro.



Darcy - A outra face de Vargas

Autora: Ana Arruda Callado

Editora: Batel

Este livro relata a vida discreta da esposa de Getúlio Vargas, Darcy Sarmanho Vargas, em
um ambiente social e político do Rio Grande do Sul, desde seu nascimento (1896) até seu
casamento com o então já bem sucedido advogado Getúlio Dornelles Vargas (1911). Inclui
os principais acontecimentos da história brasileira dos anos 1920 a 1968. Darcy Vargas in-
troduziu na pauta do governo federal do País, o combate à pobreza e criou e fez funcionar
importantes instituições de caridade como a Legião de Caridade de Assistência e a Casa
do Pequeno Jornaleiro, entre outras.

UFCSPA irá ofertar 11º curso a partir do segundo semestre

Crescendo em ritmo acelerado, Universidade ergue seu terceiro prédio e estuda possibilidade de utilizar um segundo Campus

A palavra expansão tem sido uma constante dentro do Campus da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), não só no papel, mas também na prática. Contando com 250 professores e quase 2 mil alunos, a Instituição que se tornou universidade em 2008, mantém 10 cursos de graduação, e quatro de pós-graduação stricto e lato sensu, além de programas e áreas de atuação em residência médica, sendo considerada como exemplo de excelência em educação, em vista de resultados destacados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Índice geral de Cursos (IGC). No segundo semestre deste ano, a Universidade irá lançar seu 11º curso de graduação – Biomedicina/noturno – enquanto constrói seu terceiro prédio no terreno de 10 mil m² cedido pela União, ao lado da Santa Casa de Porto Alegre.

Com a nova graduação, a UFCSPA atinge o equilíbrio na oferta de cursos, contando com seis diurnos e cinco noturnos. “Este é, com certeza, um de nossos diferenciais, uma vez que, mesmo com todo empenho das universidades federais, ainda exista uma predominância de cursos diurnos, em relação aos noturnos”, pontua a reitora Miriam da Costa Oliveira.

Ela observa, que apesar do número de cursos “parecer muito pequeno”, se comparado a universidades federais maiores, a lista de cursos e programas que compõem o quadro de ensino da UFCSPA cresceu significativamente. Isso porque, antes de se tornar universidade, em 2008, a instituição federal – que foi denominada Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, desde a ocasião de sua fundação, em 1961, até 1980, quando foi intitulada Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre – mantinha apenas três cursos: Medicina, Biomedicina e Nutrição.

Em um curto intervalo de tempo, a UFCSPA passou a oferecer também os cursos de graduação em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gastronomia, Psicologia, e Toxicologia Analítica. “Nos desenvolvemos muito rápido”, orgulha-se Miriam. “Tanto é, que até hoje só formamos quatro cursos”, revela, explicando que o

ingresso de alunos “é intenso”, independentemente de lançamento de novos cursos.

De fato, a procura pela UFCSPA tem se ampliado a cada ano. Não só o aumento do número de cursos e de alunos, mas também de professores e técnicos, tem sido “assombroso” nos últimos anos, avalia a reitora.

Participação no Reuni

O projeto de transformação da então Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em universidade foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) em 2005. Na proposta, o aumento da oferta de cursos era um dos destaques. “Propusemos a criação de cinco novos cursos de graduação, a partir do momento que deixássemos de ser uma instituição federal isolada para nos tornarmos universidade”, lembra a reitora. Dos cinco novos cursos, quatro seriam imediatos e um deles – o de Ciências Biológicas – teve uma desistência temporal de oferta, em vista de uma reavaliação interna que julgou que a instituição não tinha condições estruturais para implementar naquele momento, recorda Miriam. O planejamento foi avaliado e aprovado pelo processo Reuni. “Embora o Reuni termine em 2012, no início de 2011 nós recebemos uma certificação da SEsu de que nós havíamos já ultrapassado o prometido, porque com o Reuni agregamos aos nossos três primeiros cursos, mais estes cinco, ficando oito no total – e já estávamos com uma oferta maior.”

A reitora da UFCSPA frisa que, a cada ano, entram ingressantes nas primeiras séries, além dos estudantes que já estão cursando as graduações. “O processo de fechamento dos cursos que estão hoje em oferta só irá terminar em 2014. Mesmo assim, pretendemos continuar ofertando novos cursos sequencialmente. Este ano, com certeza, o Consun (conselho universitário) examinará novos cursos de graduação para 2013”, adianta Miriam. Ela destaca o crescimento da UFCSPA traçando uma “linha do tempo”, onde contam os processos de transformação em universidade, o atendimento das ofertas prometidas pelo Reuni e o início de uma fase de ofertas de novos cursos –

sempre com vínculo na área da saúde -, independente de negociação central com o MEC.

De acordo com Miriam, já existe projeto interno de estudos para novas possibilidades a serem avaliadas e deliberadas pelo Consun. “É uma situação muito delicada, tendo em vista que somos a única universidade federal com foco somente na Saúde – é justamente nisso que reside nossa competência e nossa força.” A ideia é buscar cursos que se diferenciem dos demais oferecidos dentro da área. “Não queremos uma mera sequência de cursos padrão”, pontua a reitora, ressaltando que a UFCSPA está constantemente pensando em inovar. A graduação tecnológica de Toxicologia Analítica é um bom exemplo disso. “É o único curso do gênero no País”, afirma Miriam. “Queremos implementar não somente cursos oficiais, próprios da saúde, mas também cursos novos, que tenham vínculo com a área da saúde, não precisando ser da grade da medicina, como é o caso da graduação em Gastronomia.”

Foco no mercado de trabalho

Cada curso implementado pela UFCSPA é eleito através dos critérios de necessidade do mercado, bem como baseado na oferta que outras instituições públicas disponibilizam, e na capacidade de instalar laboratórios dentro da estrutura da Universidade. “O requerimento para contemplar, tem que ser mínimo, temos que ter uma boa estrutura de laboratório e contar com a maior parte da qualificação técnica dos professores para a área desejada”, resume Mirian da Costa. “Trabalhamos elencando cursos que não sejam mera replicação de cursos da área da saúde, e que tenham característica inovadora, com aplicabilidade e inserção de profissionais no mercado. Por isso é fundamental que já tenhamos um núcleo docente muito sólido para o início de cada curso.” Depois desta análise interna, é que se leva intenção para o Consun, para que o órgão priorize e delibere conforme ache mais adequado, explica a reitora.

No caso dos programas de pós-graduação, a avaliação se repete. “Atualmente temos o programa de Patologia, de Hepatologia e de Ciências da Saúde, todos tradicionais. O mais bem avaliado é o de Patologia, que é o mais antigo, mas o de Ciências da Saúde é o mais abrangente, porque dá a oportunidade de acesso aos alunos dos cursos fora da Medicina”, diz Mirian. Isso porque, ao contrário dos cursos de Patologia, que apesar de aceitar profissionais de outras áreas, fecha o foco na saúde humana; e de Hepatologia, que é bem específico para médicos, o de Ciências da Saúde tem várias linhas de pesquisa, onde grupos de professores, pesquisadores e interessados de outras áreas podem participar.

E quando se trata de inovar, não são somente os alunos do ensino de graduação que ganham com as “apos-

tas” da Universidade. Em 2010, a UFCSPA passou a oferecer o curso de pós-graduação (mestrado) em Ciências da Reabilitação. “Este curso, abaixo de São Paulo, só existe em uma faculdade privada do Paraná, então tem, aqui no Estado, uma possibilidade extraordinária de crescimento”, opina a reitora. “Também estamos trabalhando no lançamento de cursos de mestrados profissionalizantes, o que também não é comum na área da saúde”, completa.



Mirian da Costa Oliveira é reitora da UFCSPA

Ampliações na parte física

Enquanto aumenta a disponibilidade de cursos de suas áreas de ensino e vê sua comunidade acadêmica crescer, a UFCSPA investe na estrutura física, pensando no futuro. “Em 2013, o prédio principal, que está sendo ampliado, irá contar com mais salas de aulas, o que é fundamental para atender ainda melhor as necessidades de nossos alunos”, aponta a reitora. Além do prédio principal, que ao longo dos últimos anos sofreu 100% de reformas para sua total modernização, e que agora ganha mais um andar, foi também construído um segundo edifício, entregue no final de 2010, após cinco anos de obras. Este último prédio não contempla salas de aulas teóricas, porque foi planejado para sustentar os laboratórios dos cursos disponíveis na Universidade. “Nesta estrutura também tem um anfiteatro com 200 lugares e um espaço para eventos para exposição de trabalhos científicos”, complementa Miriam.

Atualmente, quem circula pelo Campus da UFCSPA, pode visualizar as obras de construção do terceiro prédio, que iniciaram no final do ano passado e estão a pleno. Com porte menor que o segundo, o novo edifício irá contemplar um Biotério up date, e mais laboratórios primordialmente voltados à pesquisa. “Terminada esta obra, esgotam-se nossas possibilidades no atual terreno, e certamente, no caminho que estamos seguindo, iremos ter que contar com um segundo campus”, projeta a reitora. “Estamos trabalhando em projeto neste sentido, mas ainda está no papel. O importante é dar um passo de cada vez”, filosofa a administradora da Universidade, explicando que prefere não detalhar projetos enquanto os mesmos não passarem de uma meta. “Agradar a comunidade pelo conjunto de realizações, e não por promessas, esta é nossa missão”, justifica. (A)

Proifes faz balanço de 2011 e adianta as lutas da categoria docente para 2012

Entidade inicia série de reivindicações do ano durante Dia Nacional da Mobilização dos Servidores Públicos Federais

por **Marco Aurélio Weissheimer**

O ano que passou foi marcado por muitas dificuldades no processo de negociação salarial dos professores das instituições federais de ensino superior e também no debate sobre a reestruturação da carreira. O presidente da Federação de Sindicatos dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes-Federação), Eduardo Rolim de Oliveira, faz um balanço sobre o que aconteceu em 2011, sobre os avanços organizativos da entidade, e projeta alguns dos principais desafios que estão colocados para a categoria em 2012. Entre eles, destaca o processo de negociação salarial, o debate sobre a reestruturação da carreira e sobre o projeto que criou outro regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. O dirigente destaca ainda uma das primeiras iniciativas do ano: o protesto a nível nacional, que ocorreu em 25 de abril, durante o Dia Nacional da Mobilização dos Servidores Públicos Federais, quando a entidade levará ao governo uma série de reivindicações da categoria.

Rolim divide o balanço das lutas sindicais da Adufrgs-Sindical e do Proifes durante 2011 em dois aspectos: um relativo às questões organizativas e estruturais do sindicato, e outro que diz respeito mais propriamente às lutas da categoria. O ano passado foi muito difícil, admite o dirigente. Ele atribui uma parcela dessa dificuldade ao fato de 2011 ter sido um ano de início de governo, quando as coisas sempre são mais complicadas. "Podemos fazer um paralelo com 2007, que também foi difícil, onde iniciamos um processo de negociação que se encerrou no final daquele ano. Em 2003, outro ano de início de governo, houve o famoso reajuste de R\$ 59,00. Então, o primeiro ano de um governo é sempre um período complicado, onde as coisas ainda estão se estruturando".

No entanto, reconhece Rolim, como se tratava de um trabalho de continuidade, ou de uma "continuidade sem continuísmo", como integrantes do governo afirmavam, esperava-se mais. "O último ano foi marcado por um período em que as negociações sobre a reestruturação da carreira, principalmente, avançaram menos do que a categoria esperava. Conseguimos construir um acordo salarial emergencial, conforme o próprio governo definiu. Vínhamos de um ciclo muito interessante de reajustes

entre 2007 e 2010 e esperávamos que esse processo de revalorização salarial e de recuperação das perdas continuasse. Mas em 2011 houve uma quebra desse ciclo", avalia o presidente do Proifes-Federação. Mesmo assim, ressalta, a categoria construiu um acordo muito rebaixado, do ponto de vista da recuperação inflacionária, que ainda não foi implementado. "Nosso último reajuste ocorreu em julho de 2010. Quando assinamos este acordo, em agosto de 2011, a perda inflacionária já correspondia mais ou menos a 6%. No entanto, foi firmado um reajuste de 4% a partir de março de 2012."

Este acordo foi consolidado em um contexto de crise internacional, observa Rolim, e respaldado pelo voto direto da categoria. "Nós fizemos uma consulta para saber se assinávamos ou não o ajuste e tivemos uma votação bastante expressiva em nível nacional. Mais de 85% da categoria manifestou-se favorável à assinatura do acordo, que incluía um reajuste abaixo da inflação prevista, mas que trazia um elemento estruturante para a nossa carreira, que é a incorporação de uma gratificação produtivista de 1998. Essa incorporação, somada a uma pequena recuperação de perdas - mas que foi a maior obtida por uma categoria do serviço público - e a definição do reajuste para março de 2012 - quando todas as outras categorias assinaram para julho - pode ser considerada como um fato positivo, dentro do contexto atual", defende o dirigente do Proifes. "O acordo foi ruim, mas foi o melhor acordo possível naquele momento e o melhor ajuste obtido por uma categoria do serviço público", resume. O problema, ressalta Rolim, é que de lá para cá muito pouca coisa aconteceu. O reajuste acordado ainda não saiu.

Debate interrompido

Outro ponto acordado com o governo foi a criação de um grupo de trabalho para tratar da reestruturação da carreira. Esse grupo começou a funcionar em setembro do ano passado, teve reuniões até dezembro, e deveria concluir, no último 31 de março, um novo projeto para o assunto. Este processo vinha avançando, ainda que a passos lentos, relata Rolim. O governo estabeleceu três fases para o trabalho: a primeira, de conhecimento das



Durante o 7º Encontro Nacional do Proifes maioria dos presentes decidiu pela transformação da entidade em federação nacional

propostas, a segunda, o diálogo sobre as mesmas – ainda em andamento – e uma terceira fase, de definição. O problema é que todo esse processo foi interrompido pela morte do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva.

Em função de todos esses acontecimentos, Eduardo Rolim afirma que o balanço é intermediário: “Não foi propriamente positivo, mas também não foi totalmente negativo, por conta da construção deste acordo e da instalação do grupo de trabalho para tratar da reestruturação da carreira.”

No plano organizativo, Rolim destaca a transformação do Proifes-Fórum em Proifes-Federação, um processo construído ao longo de anos, no qual a Adufrgs-Sindical foi um dos protagonistas fundamentais. O sétimo encontro nacional do Proifes, realizado em 2011, sacramentou esse processo, levando a decisão para uma consulta eletrônica, onde votaram mais de 2 mil pessoas, decidindo, por ampla maioria, que o Proifes-Fórum deveria se transformar em federação nacional. Nos dias 6 e 7 de dezembro do ano passado, reuniu-se o primeiro conselho deliberativo da federação que decidiu pela implementação real da entidade.

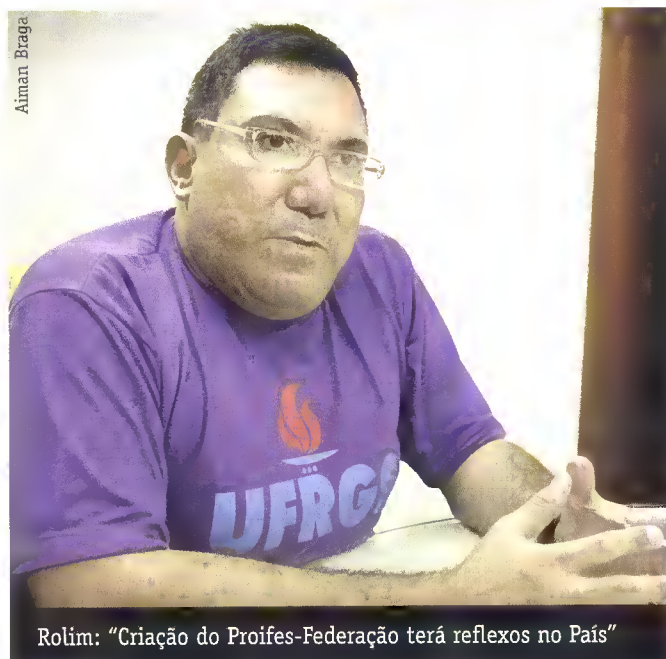
Sindicatos do Proifes já representam cerca de 20 mil pessoas

O Proifes-Federação hoje já é composto por nove sin-

dicatos: entidades de base estadual, como é o caso do Ceará, da Bahia e do Paraná; sindicatos de base intermunicipal, como é o caso de São Carlos, de Natal e de Campo Grande; e sindicatos municipais, como é o caso da Adufrgs. Além destes, há o Proifes-Sindicato que é uma entidade de base nacional que representa professores do País inteiro. O conjunto destes sindicatos representa um universo de quase 20 mil pessoas. Somando-se os núcleos e associações que estão sendo fundadas, como está acontecendo no Pará, na Paraíba e em São Paulo, o Proifes-Federação já representa hoje uma parcela importante da categoria. “É muito difícil de mensurar isso por da conta da transição que estamos vivendo, mas nós já temos uma representatividade que nos coloca como uma entidade que pode falar em nome da categoria. Isso já é reconhecido pelo movimento sindical como um todo – o Proifes faz parte do Fórum das Entidades Sindicais brasileiras –, pelo governo e pela própria categoria também”, destaca o presidente da entidade.

Na avaliação de Eduardo Rolim, a criação do Proifes-Federação traz uma grande novidade no sindicalismo brasileiro. “Estamos reestruturando a forma de organização dos professores em nível nacional, em uma categoria que é das maiores do serviço público, representando hoje perto de 120 mil pessoas. E uma parte considerável dessa camada já se sente representada por uma nova estrutura organizativa, que tem um caráter muito próximo daquilo





Rolim: "Criação do Proifes-Federação terá reflexos no País"

que o movimento docente sempre construiu para si, ou seja, uma ideia federativa, de construção de sindicatos locais ou de associações docentes, como ocorreu no final dos anos 1970. Cerca de 30 anos depois, o movimento docente volta a essas origens, talvez para tentar buscar de novo aquele ascenso histórico que teve na década de 1980, quando era um dos atores sociais mais importantes do País."

Unicidade sindical não é mais possível

É importante assinalar, diz ainda o dirigente do Proifes, que se vive um período de descenso do movimento sindical, que atravessa um processo de fragmentação. "Hoje temos seis ou sete centrais sindicais em um processo inverso ao da década de 1980, quando se buscou a criação da Central Única dos Trabalhadores, que foi um processo muito difícil e doloroso. Algumas forças acharam que o caminho era outro e construíram a Conclat, a CGT. Hoje estamos vivendo um período novo, que é um período de transição. Está na cara que a ideia fechada da unicidade sindical não é mais possível. Ela não representa o interesse real dos trabalhadores, principalmente da nossa categoria. Tanto é assim que o próprio Ministério do Trabalho, ao conceder registro sindical para a Adufrgs, e também permitir que a base de Porto Alegre pertença a outra entidade, consagra a ideia de que é possível a pluralidade sindical".

Na opinião de Rolim, a conquista da liberdade sindical, na institucionalidade brasileira, é uma grande vitória dos trabalhadores. "Precisamos sair da ideia cartorial vigente desde o Estado Novo, segundo a qual o sindicato é uma estrutura meio sacrossanta, obrigando a filiação em um único sindicato, independente do fato dele ser de carimbo ou não. A visão de que o sindicato não tem que ser

uma entidade cartorial, mas sim uma estrutura que seja efetivamente representativa dos trabalhadores, abre uma grande perspectiva de ascenso para o movimento sindical no futuro."

A criação do Proifes-Federação, avalia o presidente da entidade, terá reflexos no País. "A nossa experiência, que talvez tenha sido pioneira, está causando grandes discussões dentro das bases de outras estruturas sindicais. Muita gente está se perguntando: será que precisamos ficar presos a essa estrutura da era Vargas ou mesmo da redemocratização? E, na nossa categoria, isso ocorre dentro de um contexto de grande contratação de professores."

Previdência será um dos temas centrais em 2012

A previdência dos servidores públicos federais será um dos principais temas do debate sindical em 2012. Este ano, observa Rolim, já terão se passado oito anos da Reforma da Previdência de 2003 que mudou o sistema de aposentadoria dos servidores públicos, criando uma realidade inteiramente nova.

"Ao contrário do que diz a grande imprensa, os professores universitários não têm mais aposentadoria integral desde 2004. Os docentes que entraram nas universidades ou nos institutos federais a partir de 2004 já representam pelo menos metade da categoria. Esses professores não viveram o passado da aposentadoria integral, das incorporações e dos anuênios. O contracheque desses professores não têm nada a ver com o dos que ingressaram no serviço público antes de 2004. Então, qual será o discurso de um sindicato de servidores públicos quando for negociar daqui a cinco anos, dez anos. Negociar o quê? Estará negociando para quem? Não é mais como antigamente quando se negociava algo para os ativos e se pedia igualdade de tratamento para os aposentados. Os novos aposentados, esses que entraram a partir de 2004, rigorosamente falando não fazem mais parte da carreira, pois a sua remuneração não tem mais nada a ver com a remuneração da carreira, inclusive em termos de reajuste."

Esse cenário impõe a necessidade de criar uma nova forma de mobilização, observa o dirigente. "A solidariedade geracional não pode ser perdida, apesar disso já ter ocorrido no tema da remuneração. A nova geração de servidores não tem mais nada a ver com a anterior, do ponto de vista das regras para remuneração e aposentadoria, algo, aliás, que o sindicalismo da iniciativa privada já conhece há muito tempo. Lá os aposentados não são da categoria, eles não se sentem representados pelo sindicato. Eles saem da empresa e vão ser "empregados" do INSS e, portanto, não têm quem os represente, rigorosamente falando."

O presidente do Proifes vê aí um dos principais papéis dos sindicatos de servidores públicos no próximo período.

do. “Qual a sua identidade? Quem representarão? As suas categorias se enxergarão neles ou não?” Até hoje se enxergou, tanto assim que a taxa de sindicalização do servidor público é altíssima, principalmente no movimento docente. É acima de 90%. “Nós começaremos a ter outro tipo de luta, que antes não tínhamos. Por exemplo, lutaremos por um reajuste do regime geral da Previdência Social, pois esse é o índice que vai reajustar o salário dos aposentados. E não estou falando aqui dos aposentados do futuro, mas dos aposentados de hoje. Todos que se aposentaram após 2004 e que não tinham o direito de aposentadoria integral (por exemplo, quem se aposentou por invalidez ou quem se aposentou na compulsória sem os requisitos da aposentadoria integral) já estão nesta regra. Também na Adufrgs-Sindical com certeza há mais de 50 pessoas aposentadas nesta regra.”

Outra mudança importante, acrescenta Rolim, diz respeito ao fundo de previdência de servidores aprovado na Câmara dos Deputados. A ideia do governo é ratificar o fundo no Senado, o mais rápido possível, sem mudanças. A tendência é que 2012 seja o ano da implementação de um novo regime da Previdência. “Teremos pelo menos quatro gerações de aposentados. Os aposentados antigos, do regime da aposentadoria integral; os que entraram antes de 1998 e que devem cumprir tempo de contribuição e não tempo de serviço, e que não têm integralidade nem paridade; os que entraram entre 2004 e 2012 (que formam uma categoria muito grande, mas fragilizada, que terá uma aposentadoria paga integralmente pelo Tesouro Nacional, mas que não é integral nem paritária em relação às duas gerações anteriores); e, finalmente, teremos uma quarta geração, que terá apenas o teto garantido pelo regime próprio do servidor público e o resto, para quem quiser, terá que vir da previdência complementar.”

Haverá, assim, enfatiza o presidente do Proifes, três tipos de professores (juntando os dois primeiros tipos descritos acima em uma mesma categoria): o professor aposentado pelo teto, o professor aposentado pela média (pago pelo Regime Geral da Previdência) e o professor com aposentadoria integral. “Os aposentados de primeira e segunda geração hoje são 50% da categoria. No futuro, serão cada vez menos. Daqui 20 ou 30 anos, quando for a hora da minha aposentadoria, vamos corresponder a 10%, 20%. A questão é: esse povo da geração posterior vai se preocupar com a minha aposentadoria? Estamos entrando em um sistema que implica uma fragmentação brutal da nossa categoria. Esta, na minha opinião, é a grande tarefa do sindicato agora: saber se posicionar neste mundo novo no qual estamos entrando”, destaca Rolim.

Pontualmente falando, 2012 será um ano de campanha salarial. “Nós conseguimos um acordo salarial de 4% em 2011 para vigorar em março de 2012 e que não vai

vigorar. O projeto de lei recém está em uma comissão da Câmara. Lá por julho, agosto ou setembro nós teremos um reajuste retroativo a março. Então, teremos que lutar pela reposição salarial. Além disso, teremos que ver como fica a reestruturação da carreira. Teremos que discutir com o novo secretário de relações do trabalho que, aliás, é uma nova Secretaria de um Ministério do Planejamento reestruturado, onde a pessoa que vai sentar à mesa conosco para negociar não tem mais sob sua direção toda a estrutura de carreiras. Não sabemos que poder real terá este novo secretário.” Rolim afirma que, por tudo isso, mais do que nunca, é hora de ter um sindicato forte. Quanto mais instável é o momento, mais o trabalhador precisa da representação sindical, pois esta é a única garantia de defesa de seus direitos, ressalta. “Quanto mais forte for o sindicato, mais forte será a proteção do trabalhador, ainda mais neste mundo novo que se anuncia tanto com a reforma da previdência quanto com a reforma trabalhista.”

Derrota com projeto da previdência complementar

Na opinião do dirigente do Proifes-Federação os servidores tiveram uma derrota com o novo projeto da previdência complementar, não tanto pela mudança do regime previdenciário, mas na maneira pela qual a sociedade os vê. “Se acreditava que o servidor público tinha que ter uma aposentadoria especial por conta da natureza do serviço público, da instabilidade advinda das relações políticas, por conta do concurso público exigido, que o serviço público existe para que a sociedade se sirva do seu trabalho. Pois bem, esta sociedade decidiu agora que o servidor público tem que ter uma aposentadoria igual a do setor privado. Esta é uma derrota para o País. A partir da ideia de que o servidor público tem que ser tratado como qualquer trabalhador privado, poderemos caminhar para uma proposta de flexibilização de tudo.”

Por outro lado, ressalta Rolim, o projeto aprovado na Câmara não é o texto original encaminhado pelo Executivo. Foram introduzidas duas mudanças fundamentais que são definidoras do modelo previdenciário do futuro. “Na versão original, era obrigatório que o dinheiro fosse licitado e colocado à disposição do mercado financeiro. Ou seja, não era um fundo de pensão parecido com o Previ, por exemplo. O Fundo teria simplesmente a função de receber o dinheiro e passar para os bancos administrarem. Isso mudou, na medida em que a Funpresp passa a ser a administradora do dinheiro, em um modelo parecido com o do Previ.” Rolim explica que assim a diretoria será paritária. Os servidores terão um controle maior sobre o dinheiro, o que não é uma mudança menor. E não é menor porque esse é o debate. Estima-se que esse fundo, rapidamente, será o maior fundo de pensão do Brasil. ▀

Programa da Ufrgs resgata memória da Lomba do Pinheiro

Museu do bairro serve de cenário das ações do projeto, que são voltadas à comunidade

por **Michelle Rolante**

O bairro Lomba do Pinheiro apresenta Índices de Vulnerabilidade Social (IVS) abaixo de 0,50, por isso está entre os 11 com menor IVS na Capital Gaúcha. “É uma das regiões de Porto Alegre com mais baixo índice de desenvolvimento humano. O que significa que uma grande parcela da comunidade está abaixo da linha da pobreza”, aponta a coordenadora do Programa Lomba do Pinheiro: Memória, Informação e Cidadania, Ana Maria Dalla Zen. Implementado em 2008 - no mesmo ano da criação do curso de Museologia da Universidade - o projeto da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Ufrgs, funciona na medida em que interage com a comunidade, conforme explica Ana. Ela destaca que o trabalho é resultado do amadurecimento de ações que já eram realizadas no local pelo Instituto Popular de Arte e Educação (Ipdae), uma organização não governamental, que tinha como objetivo viabilizar o acesso à leitura, arte, música e cultura utilizando-as como alternativas na formação do indivíduo.

Ana conta que na época foi necessário fazer um mapeamento para recuperar e registrar informações sobre a história do bairro. O Ipdae também criou uma escola de música e a Biblioteca Comunitária Leverdógil de Freitas para atuar junto a grupos em situação de risco social. O Programa Lomba do Pinheiro: Memória, Informação e Cidadania, conta com 30 professores, aproximadamente 30 alunos que são de museologia, comunicação, história e biblioteconomia interagindo no projeto. Os alunos da comunicação fizeram dois documentários que foram apresentados em congressos nacionais e internacionais. Além disso, já foi realizada uma tese de doutorado em arquitetura, sete trabalhos em eventos internacionais, uma dissertação de mestrado, um TCC, 16 trabalhos em salões acadêmicos e um artigo publicado além de atingir duas mil pessoas no bairro. “Claro que se fossemos contar com o número de assinaturas chegaríamos a um número muito maior”, pontua a professora.

Em 2011, o Ministério da Cultura do Brasil (Minc) através do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) permitiu - através de projeto premiado - a transformação do

Museu da Lomba em um Ponto de Memória, que já está incluso no programa do Minc destinado a criar 12 instituições do gênero.

Berço de uma das primeiras Associações de Moradores de bairro de Porto Alegre na década de 1950, o bairro Lomba do Pinheiro é uma região formada por aproximadamente 26 vilas. Em 1989, quando foi implementado o Orçamento Participativo (OP), no Governo do PT, os moradores do bairro adotaram o modelo de democracia para reivindicar suas principais necessidades - entre elas a criação de um museu comunitário.

A proposta vingou. Fundado em 2005, o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro e Memorial da Família Remião descreve em sua ata de constituição os objetivos de educação patrimonial, e do resgate das tradições orais e da história local. Dentre as metas estabelecidas pela entidade estão abertura, visitação pública, orientação e rotas culturais. E no rol das principais ações realizadas pelo Museu estão as Rodas de Memória onde são organizados encontros com moradores mais antigos do bairro e responsáveis pela sua formação entre as décadas de 1930 a 1960. Estes encontros se convertem em trabalhos acadêmicos apresentados em congressos por alunos e professores da Universidade.

A primeira Roda de Memória reuniu antigos jogadores que hoje têm cerca de 80 anos para que eles contassem sua trajetória e trouxessem materiais, como fotos e objetos da época. Ana explica que na década de 1950 havia na região um time de futebol chamado Pinheirense Futebol Clube que não só era local de esportes, mas também de lazer para os moradores. “O Pinheirense era o centro das atenções além dos jogos, pois promovia bailes aos domingos à tarde, onde iniciaram muitos namoros e as famílias se constituíam a partir daí”, conta a professora. As famílias dos esportistas também participaram das gravações das reuniões, que ocorreriam no Museu onde eram feitos os relatos orais.

A segunda Roda de Memória foi realizada a partir do trabalho de identificação de mulheres da Lomba tidas como Benzedeiras. “Nós identificamos um grupo bem sig-



nificativo de mulheres que, na falta de recursos de saúde, utilizam plantas medicinais e orações para cura. Essa religiosidade popular reúne elementos de herança indígena e africana”, revela Ana. O objetivo do trabalho com as benzedadeiras foi recuperar, através da memória, as narrativas destas mulheres sobre as práticas de rezas, benzeduras e uso de plantas medicinais como recurso para problemas de saúde.

Durante a pesquisa, os alunos aprenderam a metodologia em sala de aula e realizaram estudos de história oral no bairro. O projeto incluiu histórias das benzedadeiras, que produziam chás e xaropes além de ensinar o uso de plantas medicinais dentro do museu. “Quando trabalhamos com as benzedadeiras, não pretendíamos resolver problemas de medicina, nossa preocupação é focada na memória da região”, frisa a professora, explicando que não faz parte do objetivo incentivar que a comunidade deixe de usar a medicina tradicional. De qualquer forma, foi criado um horto de plantas medicinais no museu. Já os Museus de Rua são exposições itinerantes realizadas nos espaços públicos dentro da comunidade. As mostras são resultado de pesquisas, que incluem depoimentos dos moradores. Dentro de um contexto sustentável, o Museu de Rua é construído a partir da utilização de portas de MDF, que viram painéis expositores, após uma pintura caprichada, feita pela própria equipe. “Aproveitamos este material, por ter um formato adequado e ser mais barato”, justifica Ana.

Uma das primeiras a serem retratadas na exposição de rua foi a Vila do Recreio da Divisa, local onde os moradores mantinham baixa auto-estima pelo fato da vila ter sido toda constituída a partir de invasão de terras. “Por isso escolhemos iniciar por lá. As pessoas lutaram muito para se estabelecer ali. Não tinham nem água e, até hoje, a energia elétrica é obtida por meio de gato (roubo de luz, onde várias residências utilizam a energia do mesmo poste)”, revela Ana.

Outra ação do programa da Fabico é a Educação para o Patrimônio, projeto que realiza oficinas abertas para alunos das escolas locais e familiares. Os encontros se utilizam de objetos pessoais da comunidade e da Instituição como fonte de informação. Assim, os moradores que par-

ticipam podem contemplar fotos, vídeos, jornais antigos e manipular documentos sobre a região. “Queremos que as pessoas gostem de viver na Lomba do Pinheiro e percebam o significado das próprias vidas, a partir da valorização de si mesmos como patrimônio”, diz a professora.

Dentro dessa linha de ação está inserida a preservação do meio ambiente, que contou recentemente com o Lombatur, um projeto de turismo comunitário com a finalidade de fazer uma recuperação do território, que dispõe de um ônibus para passeios ao museu. O itinerário também inclui visitas aos principais locais do bairro, como o cemitério Jardim da Paz, indústria de alta tecnologia Ceitec, associações de moradores do bairro, vinícola Bordignon, pedreira Pedraccom, Fazenda do Boqueirão, aldeias indígenas M’Bya Guarani e Kaimgang, Instituto Popular de Arte e Educação, sítios arqueológicos que estão sendo pesquisados além do Museu da Lomba do Pinheiro. “As pessoas não conhecem o bairro e, pensando nessa questão, foi elaborado um mapa da Lomba do Pinheiro com itinerários culturais para ser distribuído durante os passeios”, ressalta a professora Ana, pontuando que era preciso mostrar para comunidade a riqueza cultural da Lomba. “Por isso, foram identificados uma série de pontos que estão localizados no mapa além das vilas populares, que em grande parte foram criadas a partir de invasão de terras.”

O Lombatur também promove trilhas para as crianças conhecerem o território em que vivem e saberem que aquela é uma região rural. Neste sentindo, também há um trabalho para preservação da fauna e da flora locais. Existe um projeto da Biologia da Ufrgs, chamado Macacos Urbanos, para reconhecimento do Bugio, animal muito comum naquelas matas. Ana destaca que se percebe o quanto as pessoas têm dificuldade de se identificar como moradores da Lomba do Pinheiro. “Mas com o museu, esse fato mudou muito. Agora as pessoas dizem que não sabiam o quanto é bom morar na região.”

Viva Voz amplia atendimento e vira serviço de utilidade pública

Projeto da UFSCPA atinge a maioria e ajuda o governo federal a combater a disseminação do consumo e a emergência de drogas como o crack

por Patrícia Comunello



Estudantes bolsistas trabalham no atendimento psicológico que contempla dependentes químicos

Do outro lado da linha pode estar alguém que recém experimentou uma pedra de crack, um veterano no percurso dolorido da dependência ou quem decidiu pedir ajuda antes de trilhar as escolhas dos dois primeiros. Bom é saber que no lado de cá está um consultor do projeto Viva Voz. O serviço de utilidade pública – status que a iniciativa acaba de angariar junto ao governo federal – completa sete anos de operação em 2012 e já atingiu a maioria. Neste caso, o atendimento 24 horas, sete dias na semana. Tudo porque o “cliente” que aciona o call center mais importante do País quando está em jogo

prevenção e apoio aos dependentes não pode esperar e nem desistir.

Fato é que a professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), Helena Tannhauser Barros, médica e coordenadora do Viva Voz, e seu exército de consultores do telesserviço estão ajudando – e muito – a evitar e a mitigar tragédias relacionadas com drogas. O programa é uma parceria da Associação Mario Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência (Amtepa), UFSCPA e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), ligada ao governo federal. Tudo começou no fi-

nal da década de 1980, com uma iniciativa de Helena e professores da Medicina da antiga Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. “Eu era abordada em eventos sociais para esclarecer os efeitos das drogas. Não tinha como dar conta”, recorda a professora. Por isso, o Viva Voz nasceu.

No começo, o telefone de contato era uma linha fixa comum, e a comunidade pagava a ligação. Alunos de Medicina voluntários faziam o atendimento. “Ter 0800 reduziria a dificuldade de custear o telefone. Uma ligação longa, o cliente desligava”, recorda a coordenadora. Atenta à repercussão do serviço, a Senad, em Brasília, requisitou a iniciativa gaúcha para combater um problema que só ganhava mais corpo: a disseminação do consumo e a emergência de drogas como o crack. A secretaria também tinha um serviço que não dava conta das angústias da comunidade. Com isso, firmou-se a parceria. A Antepa é a gestora financeira, a Universidade fornece professores e técnicos, e os recursos são repassados pela Senad. A sala de atendimento, que fica no terceiro andar da sede da UFCSPA, na região central de Porto Alegre, atende pessoas de todo o Brasil. A cada um ano e meio o convênio é renovado, com verba estimada de R\$ 5 milhões. “Valorizamos muito este recurso e tentamos prolongar sua aplicação até dois anos”, esclarece a professora.

Com a ampliação para o atendimento em tempo integral, foi dobrado o número de consultores (estudantes bolsistas), que passaram de 80 para 160, desde 02 de janeiro deste ano. “A demanda cresceu muito, mais que o imaginado. Agora somos oficialmente um serviço de utilidade pública (telefone: 132). A Senad conseguiu aval da Casa Civil”, destaca Helena, frisando que já considerava, mesmo antes do reconhecimento, que o Viva Voz tinha esta função. O 0800 ainda se manterá por um ano. O volume de chamadas já alcança 8 mil ao mês. O perfil revela uma mudança desde o começo do programa: o que era apenas 10% da procura de usuários, agora está em 50%. Logo depois, estão os familiares.

Outro dado do perfil do público que se socorre no Viva Voz é a predominância de homens, de pessoas com renda mais baixa, escolaridade média e adultos acima de 26 anos. São Paulo (12,8%) e o Rio Grande do Sul (8,9%) são os estados que mais acessam o apoio. Já entre as drogas que os usuários mais buscam informações e formas de agir estão álcool, cocaína e tabaco. “Isso é o reconhecimento por um telefone que é visto como apoio e não discriminatório”, avalia. Um problema a ser enfrentado é o número de trotes, que chega a 50% das chamadas. “No treinamento, reforçamos para o consultor identificar o que pode não parecer trote, como uma voz infantil. Uma criança liga e tem algum questionamento. É uma bela chance de mandar mensagem e repassar informação preventiva.”

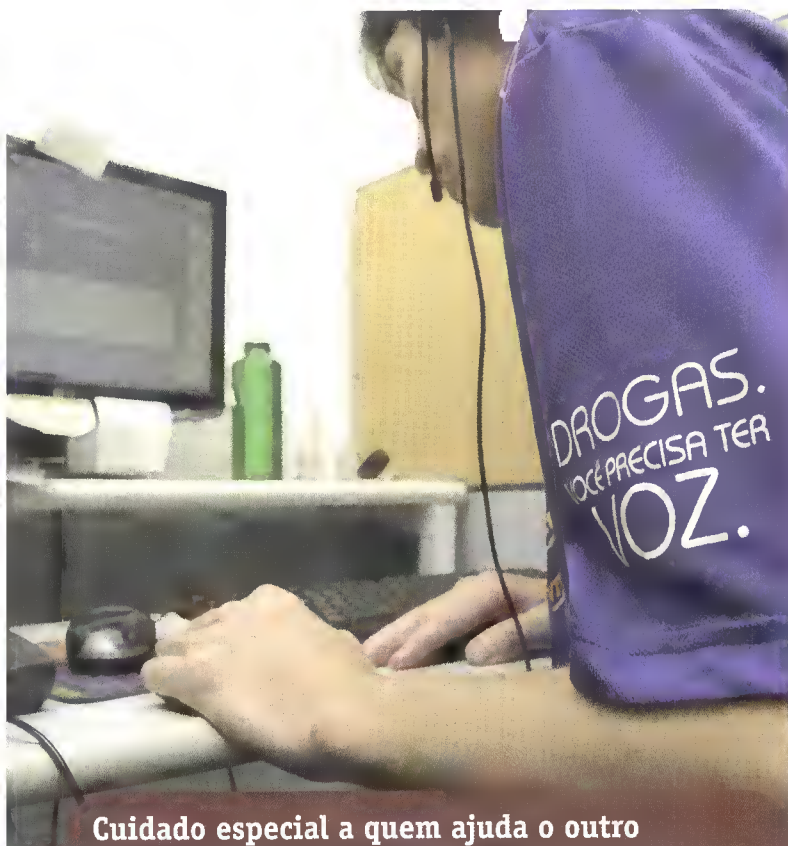


A médica Helena Barros é coordenadora do Projeto Viva Voz

Serviço flagrou avanço do drama social


Nos anos 1990, falar de droga era feio. O Viva Voz já detectava este sintoma. Hoje em dia é comum ver a gurizada com apito na praia para avisar sobre policiais por perto, exemplifica Helena Barros. “Quando a ligação começa com “eu tenho um amigo”, já sabemos o tipo de abordagem”, cita a coordenadora. Em 2006, a chamada epidemia do crack já era flagrada, e hoje se registra a migração da cocaína para a pedra, que é derivada do pó. Diversos países têm serviços de apoio por telefone, mas nenhum com abrangência nacional. “A experiência brasileira deve ser a maior no mundo em área de cobertura”, diz a coordenadora. Ela afirma que há intenção de levar o exemplo gaúcho para a África e que a Universidade e a Senad têm convênios com países do continente. Outra conquista do programa é o crescimento do acesso pela população do Interior do Estado, muito carente de centros de atendimento psicossocial ou de onde tratar deste assunto, que ainda é tabu.

A abordagem do Viva Voz passou a detectar o comportamento dos usuários ante a sua dependência. Um indicador: 50% deles estão pela primeira vez buscando ajuda. Parte da explicação pode estar na carência de locais de apoio. O teleatendimento facilita a vida: não precisa sair de casa e nem pegar um ônibus. A coordenadora também demarca outro item para dependentes que buscam uma saída para seu vício: o intervalo entre a decisão de buscar ajuda e ser atendido e o efetivo apoio. “Se a pessoa liga e marca consulta para três meses, muda de ideia. O Viva Voz dá o apoio na hora.” Um pesquisador apontou que o incentivo no momento certo (primeira vez que o usuário busca ajuda) eleva em 50% a adesão a um tratamento. A meta do programa é ampliar as posições à medida que a procura aumente. Hoje é possível dobrar o grupo. Mas uma das prioridades é elevar o conhecimento do canal. A campanha federal contra o crack intensificará a divulgação. “Se vier muita demanda, teremos uma boa justificativa para ampliar nossa capacidade”, projeta Helena. ➤



Cuidado especial a quem ajuda o outro

Estar na linha de frente do atendimento não é fácil. Os jovens consultores acabam absorvendo o efeito de relatos de dramas familiares e individuais. O impacto se verifica no tempo médio de permanência como bolsista. O período é de seis meses, quando o estágio poderia se prolongar por até dois anos. "Muitas vezes eles entram em processo de cansaço ou sofrimento impactados com as histórias que ouvem", lembra Helena Barros, coordenadora do Viva Voz. Mesmo assim, observa a professora, cresce o time de consultores que querem continuar a estudar e atuar na área. Muitos desenvolvem, mais tarde, projetos de pós-graduação, por exemplo.

No apoio aos atendentes, o programa reserva espaço para encontros quinzenais nos quais se trocam experiências e o grupo recebe ajuda de profissionais, como psicólogos. "Eles podem expor sentimentos e apreensões." Outra precaução é uma jornada de atendimento, prevista em seis horas, reduzida para quatro. As duas horas restantes são dedicadas a treinamento e ao acompanhamento. O Viva Voz atrai interesse crescente de estudantes, todos ligados a cursos da saúde de diversas universidades. Hoje há um banco de candidatos para suprir, caso novas vagas sejam abertas, o que deve continuar a ocorrer diante da ampliação do horário e dos dias de funcionamento. Helena informa que a preparação dos consultores inclui técnicas de intervenção e orientação sobre drogas. São 40 horas teóricas e até 80 horas de entrevista motivacional, que desenvolve a capacidade de conversar com o cliente. 

A origem das ligações:

Estado	Participação %
São Paulo	12,8
Rio Grande do Sul	8,9
Rio de Janeiro	7,7
Minas Gerais	6,2
Bahia	5,6
Outros	29
Não respondeu	29,9
Total	100

Quem recorre ao serviço	Em %
Usuários de drogas	50,1
Parente	11,5
Mãe	7,7
Amigo	3,7
Profissionais de saúde	1,4
Pai	1,2
Centro de tratamento	0,5
Outros profissionais	0,4
Não informou	24,4
Total	100

Substâncias* mais questionadas por usuários	Em %
Álcool	79,0
Cocaína	70,1
Tabaco	64,7
Maconha	44,8
Solvente	3,2
Alucinógenos	1,4
Ecstasy	1,9
Ansiolíticos	0,5
Opióide	0,5
Anabolizantes	0,2
Anfetaminas	0,1
Outras	0,7

(*) Cada pessoa pode ter questionado mais de um droga

As lições da derrota na votação do PL1992 na Câmara

Por Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente do Proifes*

Estamos chocados e decepcionados com mais esta derrota que tivemos na Câmara Federal, mas é claro também que sabíamos que este resultado estava anunciado, e que, como dirigentes sindicais, temos a obrigação de entender a realidade, a conjuntura e a correlação de forças que nos envolvem. Fizemos o que podíamos e o que tínhamos que fazer para impedir a aprovação do PL1992/2007, que institui a Previdência Complementar para os Servidores Federais.

Nós perdemos essa batalha na sociedade, e sobre isso temos que refletir muito profundamente. A criação dos Fundos de Pensão não é apenas uma posição ideológica, é uma questão bem maior, de injunções macroeconômicas e de 'lobbies' privados, que lutam por uma "financeirização" das relações sociais, incluindo as aposentadorias.

Hoje, olhando a derrota arrasadora no voto, parece que queremos nos culpar, nos auto-infligindo erros, que, ao contrário do que parece, não cometemos - ao menos agora neste período histórico. Nós, ao invés do que parece no calor da derrota, resistimos - e muito - desde 2007, quando este Projeto de Lei foi para o Congresso, e quando o PLP 01 foi lançado e virou PLP 549 - e continuamos resistindo. Vejam que no primeiro caso perdemos, com a aprovação do PL1992, mas no segundo, ganhamos até agora, e acho que continuaremos a ganhar com a não aprovação do PLP 549 depois do arquivamento do PLP 01, ambos tentando impor um teto para os reajustes dos servidores. Qual a diferença? O consenso - em nosso favor, ou não - que conseguimos conquistar na sociedade. Nós conseguimos convencê-la, por enquanto (lembrem da Grécia), que nossos salários não podem ser achatados e reduzidos indefinidamente, mas não conseguimos convencer a sociedade (e os parlamentares espelham isso), de que os servidores não devem ter um teto igual ao do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Não é preciso debater comigo minha posição. Eu defendo, como sempre defendi, a integralidade e a paridade, mas acho que perdemos este debate não hoje, mas em 2003. Fui um dos primeiros a denunciar, escrever e apresentar no Movimento Sindical que havia acabado a pari-

dade e a integralidade já em 2003, quando inclusive boa parte das entidades sindicais nem tinha se dado conta disso ainda. O Fundo de Pensão recentemente aprovado está na Constituição desde 2003, e 50% dos professores federais hoje não têm e não terão aposentadoria integral - e eram estes servidores que não têm e não terão mais aposentadoria integral que tínhamos que ter mobilizado para estarem presentes na recente votação da Câmara Federal.

Como bem sabemos, a culpa da desmobilização observada não foi só do Proifes-Federação, isso ajuda a entender que a culpa não pode ser atribuída a uma ou outra diretoria de entidade, quando o conjunto das entidades representativas não conseguiu mobilizar os servidores a impedir a votação do PL1992. Por que será que isso ocorreu? Eu não sou dono da verdade e nem quero ter a iluminação das respostas, mas me atrevo a dizer que, de novo, como em 2003, erramos no discurso, pois bradamos pela integralidade, para mobilizar um conjunto de 50% de jovens professores, que não têm e não terão mais integralidade, desde 2003.

Vejam que os rumos das coisas são, de certa forma, reflexos das decisões e das atitudes tomadas. Em 1998, quando o PSDB comandou a primeira Reforma da Previdência, que basicamente atingiu os trabalhadores da iniciativa privada, os servidores muito pouco fizeram, contra algo que não vislumbravam contra si, como o Fator Previdenciário. Em 2003, quando o PT comandou a segunda Reforma da Previdência, que só foi possível pelas mudanças constitucionais 19 e 20, os trabalhadores da iniciativa privada (e aí entende-se o papel vacilante das centrais sindicais, como a CUT) de certa maneira deram a resposta aos servidores.

E o que estes fizeram em 2003? Tiveram uma atitude de avestruz, simplesmente disseram: "Vamos barrar esta reforma", querendo dizer, "não, para nós nada de reforma", tendo que, para obter sucesso, convencer os "reformados de 1998", com o discurso: "para nós não!" Ou seja, o que eu quero dizer é que acho que nossa derrota não se explica apenas por dizer que faltou mobilização, ou por



cobrar o que fizeram a, b ou c!

A nossa recente derrota foi a derrota na sociedade de um modelo previdenciário diferente para os servidores, o que estes, por uma ação apenas reativa, não conseguiram evitar, por erro de discurso, por incapacidades objetivas de organização, por divisões, enfim, as análises estão abertas. E fique claro que entendo que este modelo diferente para os servidores pode ser plenamente justificado pela natureza do serviço público, pela legitimidade do ingresso por concurso público e pela própria sustentabilidade atuarial do sistema.

Não vou entrar em debate partidário aqui, porque acho que não cabe aos sindicatos, e me cabe como presidente do Proifes-Federação preservar isso, mas acho que é legítimo que cada um faça sua análise, que julgue por traição ou omissão quem quiser. O que defendo é que houve dentro do Parlamento, nesse processo histórico de 1998 a 2012 (quando de certa forma se fecha o ciclo desta macro-reforma), um espelho das contradições da sociedade, uma resposta às contradições e pressões dos modelos econômicos vigentes, com ideias de crises reais ou plantadas.


Não acho que nada tenha acontecido. Houve a PEC Paralela de 2005, que não é menor, criando a regra de transição 85/95; e está ocorrendo a PEC 270, que corrige a distorção das aposentadorias por invalidez. E mesmo no caso do PL1992 houve mudanças expressivas no texto final, que não são acessórias, e que vieram por conta da enorme pressão do Proifes e das demais entidades, com mudanças que trazem outra face à Funpresp, não em relação ao que achamos sobre a previdência complementar, mas em relação ao que estava na mesa. O fato de que o Fundo será administrado pela Funpresp, com uma direção paritária, e não pelo mercado diretamente, como era antes - é quase uma mudança de 180° nesse contexto. Acredito que as entidades neste último período não souberam ler a conjuntura, medir a correlação de forças e talvez não tenham percebido onde podiam influir. Essa questão que citei, e as formas de regular a administração do Fundo; e a outra, que julgo central tratar na votação dos destaques e no Senado, é a questão de ter um ou três Fundos, isso é fundamental para entendermos como se dará esse processo no futuro, sendo que é preciso que se lute por apenas um Fundo, que seja o mais forte e garantidor das aposentadorias possível, com os servidores dos três poderes juntos.

Não nos conformemos com a derrota, já anunciada, e muito menos nos imobilizemos com ela. Temos muito mais trabalho pela frente para enfrentar a nova realidade (que já tem nove anos, logo não é mais nova, mas ainda ignorada) de que temos uma categoria dividida - 50% dos professores das Ifes não têm e não terão aposenta-

doria integral, hoje, a despeito do silêncio mentiroso e criminoso da grande imprensa sobre isso! E não no futuro, mas a partir de 2012, todos os que entrarem terão que contribuir com o Fundo, se quiserem ter mais que o teto salarial. Teremos que ter discurso e ação para toda a categoria, para aqueles inclusive cujo reajuste já é o do INSS, como os que estão aposentados por invalidez e compulsória após 2004.

Não vai mais bastar defendermos uma nova Carreira e garantir as mesmas conquistas para os aposentados, já que isso só vale para os que entraram antes de 2004, pois os demais (que já são 50%) não terão da Carreira quase nenhum benefício na aposentadoria, apenas serão beneficiados se encontrarmos uma forma de aumentar sua média salarial, ou seja uma rápida ascensão ao topo. Isso é uma mudança conceitual do que defendíamos até há pouco. E para os pós-2012, o que faremos?

E há outras tarefas, como por exemplo, o que vamos orientar quando nos perguntarem, os pós-2004, se devem ou não aderir à Funpresp. É uma resposta difícil e de muita responsabilidade, que teremos que enfrentar, até porque eles terão apenas dois anos para decidir.

Nossas tarefas não são pequenas, e vivemos em um mundo de transição violenta, onde as respostas serão cada vez mais difíceis e exigentes, para responder a processos que ainda não vivemos hoje, mas que o mundo vive, de redução salarial, de demissão, de ataque à própria ordem democrática, como vemos na Europa. Avalio que só há uma certeza: é preciso união e sindicato forte, que seja capaz de saber ler e conhecer sua base, agora dividida ainda mais. E saber onde buscar os aliados, quando, por exemplo, a maioria dos servidores não se preocupa com o teto salarial, pois ganham menos que isso. Esse é um convite à reflexão e à busca de respostas, que não são simples e muito menos auto-explicativas. 

*Professor associado do Departamento de Química Orgânica do Instituto de Química e diretor do Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos da Ufrgs

**NÃO CUMPRIR ACORDOS,
DESQUALIFICA A EDUCAÇÃO.
O GOVERNO FEDERAL
AINDA LEMBRA DISSO?**

PROTESTO!

Professores da UFRGS, UFCSPA
e Institutos Federais Poa e Restinga

 **PROFES**

 **ADufrgs**
sindical

25 de abril

Dia Nacional da Mobilização dos Servidores Públicos Federais

Acordo é para ser cumprido:

PROTESTAMOS:

- 1) Contra a mudança na forma de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade, sem negociação com as entidades representativas dos servidores;
- 2) Contra o atraso no pagamento do reajuste de 4% e incorporação da Gemas e GEDBT acordados para vigorar a partir de 1º de março de 2012;
- 3) Contra o atraso no Grupo de Trabalho de reestruturação da carreira docente, que deveria ser concluído em 31 de março e teve que ser prorrogado até 31 de maio e
- 4) Contra a inclusão nos Projetos de Lei (PL's) de itens não debatidos e negociados com as entidades representativas dos servidores.

 **ADufrgs**
sindical

